



SEXUALITY
POLICY
WATCH

A visita do Papa ao Brasil: contexto e efeitos

Por Washington Castilhos

SPW Working Papers, Nº 5, Julho de 2008

A visita do Papa ao Brasil: contexto e efeitos

Working Paper Nº 5, Julho de 2008

Autor: Washington Castilhos

Revisão técnica: Sonia Corrêa

Tradução para o inglês: Jones de Freitas, Sonia Corrêa e Tori Holmes

Tradução para o espanhol: Andrea Lacombe

Revisão em inglês: Nancy Worthington

Revisão em português: Angela Collet e Marina Maria

Observatório de Sexualidade e Política (SPW)

Secretariado brasileiro

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA)

Av. Presidente Vargas, 446/ 13º andar

Rio de Janeiro/RJ – 20.071-907 – Brasil

Telefone: +55 21 2223-1040

Fax: +55 21 2253-8495

E-mail: admin@sxpolitics.org

Site: www.sxpolitics.org

Secretariado americano

Columbia University Mailman School of Public Health

Department of Sociomedical Sciences

Allan Rosenfield Building

722 West 168th Street, 5th floor

New York, New York 10032 USA

Telefone: +1 212 305-3286

Fax: +1 212 342-0043

O **Observatório de Sexualidade e Política** (*Sexuality Policy Watch* – SPW) é uma iniciativa global, cujo secretariado está sediado na ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids) e a língua oficial é o inglês. Composto por pesquisadores(as) e ativistas das mais diversas regiões do mundo e inspirado por iniciativas locais e internacionais, o SPW tem dois pilares: contribuir para debates sobre política global relacionada à sexualidade através de projetos de pesquisa acerca de dinâmicas sociais e políticas públicas; e promover vínculos mais efetivos entre as iniciativas de caráter local, regional e global.

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido por ONGs e pessoas, sem fins lucrativos (por favor, nos informe se houver reprodução, e nos envie uma cópia).

Sumário

➤ Introdução.....	04
<u>2008</u>	
➤ Os rastros de Ratzinger no Brasil	05
<u>2007</u>	
➤ Nova paisagem religiosa.....	18
➤ Ciência e religião – Galileu, células-tronco e as tecnologias reprodutivas: as “heresias” da Ciência segundo a Igreja.....	23
➤ Tutela indevida.....	28
➤ Posição “inabalável”.....	37
➤ Laicidade à prova.....	45
➤ A ética entre o bem e o mal.....	54

Introdução

Em 2007, a visita do Papa ao Brasil mobilizou vários grupos que se opõem ao dogmatismo moral do Vaticano. Em apoio a este movimento, o Observatório de Sexualidade e Política (SPW) produziu uma série de pequenos artigos para evidenciar o amplo contexto sócio-político em que a visita do Papa aconteceu. Além disso, visou analisar, de forma mais detalhada, as principais controvérsias relativas à sexualidade que a visita do Papa desencadeou ou pudesse desencadear.

Esta análise serve para um entendimento mais apurado das políticas em torno de visitas papais que, normalmente, não são reconhecidas pela grande mídia. Entretanto, esta série de artigos não é apenas sobre a experiência brasileira de como a Igreja Católica intervém em questões sexuais. Aborda também o papel do Vaticano como o ator principal em uma política sexual globalizada e da sociedade civil e do governo brasileiros como atores importantes na arena internacional.

Esta série de artigos resulta no Working Paper nº 5 do SPW, que inclui os textos publicados em nosso site, em 2007, e uma nova análise, de 2008, que trata dos efeitos da visita do Papa. A série foi produzida em parceria com o Centro Latino-americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), que também traduziu os artigos para o espanhol e os divulgou na América Latina. Agradecemos à equipe do CLAM e, em particular, a Washington Castilhos, pela dedicação a este projeto.

Richard Parker e Sonia Corrêa

Embora difusos a um primeiro olhar, os rastros da visita do papa Bento XVI ao Brasil e suas implicações no campo dos direitos sexuais e reprodutivos no país se tornam mais visíveis se analisarmos de perto alguns fatos acontecidos no decorrer do ano que se passou, após a passagem de Ratzinger, e tomarmos seu encontro com George W. Bush como a explicitação de uma aliança existente há oito anos.

Em maio de 2007, durante sua estadia no Brasil, o papa Bento XVI priorizou os temas da sexualidade, e em especial do aborto e da castidade entre as/os jovens e solteiras/os. Nesse sentido, convocou a hierarquia católica local para a tarefa de disciplinar os seus quadros e as/os fiéis, deixando claro que, mais do que com o declínio do catolicismo, ele estava preocupado com a forma pouco compromissada com que as/os que permanecem na Igreja vivem a sua fé. Ou seja, o Sumo Pontífice espera mais obediência às normas da Igreja. Isso, contudo, não quer dizer que suas recomendações foram acolhidas pelas/os fieis com simpatia ou que encontraram um terreno fértil para se desenvolverem.

Uma pesquisa de opinião divulgada pelo jornal *Folha de São Paulo* na semana que antecedeu a chegada do Papa ao país (edição de 06/05/2007) já demonstrava o hiato entre a moralidade sexual da Igreja e a opinião das pessoas que se autodefinem como católicas no Brasil. Enquanto Ratzinger chegava com o discurso de que o uso de preservativos favorecia a promiscuidade na sociedade contemporânea, 94% das pessoas entrevistadas naquela enquete apoiavam o uso de camisinhas. Da mesma forma, enquanto união civil de pessoas do mesmo sexo tem sido enfaticamente apresentada pelo dirigente máximo da Igreja como uma aberração, 46% dos e das entrevistadas se declararam favoráveis a ela. E embora o documento "Sacramentum Caritatis", assinado pelo papa, considere um segundo casamento como uma "praga do ambiente social", 74% das pessoas ouvidas se diziam favoráveis ao divórcio. Esses são apenas alguns pequenos exemplos de que, embora se sinta pertencendo à comunidade católica, uma parcela significativa da população católica brasileira se mostra indiferente ou refuta as prescrições morais da hierarquia.

"A presença do Papa provocou processos muito interessantes que revelaram como se organiza o campo religioso brasileiro e como homens e mulheres católicas se comportam em questões de foro íntimo", avalia a socióloga Regina Soares Jurkewicz, da organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD). "Na hierarquia de valores, o Papa destacou a importância da fidelidade no matrimônio, da manutenção do celibato do clero, da defesa da vida de embriões e fetos, frustrando rotundamente quem esperava que o grande

clamor fosse de indignação por todas as pessoas injustiçadas e excluídas, seja pelo neoliberalismo, seja pelos sistemas normativos da heterossexualidade, ou pela violência doméstica contra as mulheres. Entretanto, nem todos seus intentos foram bem sucedidos. O ministro da saúde afirmou na ocasião com todas as letras que aborto é uma questão de saúde pública e o governo não pode ficar indiferente às mulheres que morrem por falta de políticas públicas nesse campo”, relembra Regina.

O papa encontrou, portanto, um país mais democrático, fiéis pouco dogmáticas/os e um governo que não se rendeu às propostas de acordos com o Vaticano que poderiam macular a laicidade do Estado. Mas deve-se dizer que os atores governamentais nem sempre sustentaram, com bravura, tal posição. O jornal *O Globo* do dia 14 de maio de 2007 informava que o presidente Luis Inácio Lula da Silva havia criticado a posição expressa pelo ministro da Saúde, José Gomes Temporão: *"Poxa, brigando com o papa. Você está maluco? Falar de aborto com o papa aqui? Como cidadão você pode defender o que quiser, mas como ministro não dá. Você vai querer me indispor justamente com o Papa".*

Essas são algumas das contradições que marcaram o clima da visita. Passado um ano, cabe a pergunta: qual o rastro deixado pela passagem de Bento XVI pelo país? Especialistas afirmam que é muito difícil precisar os impactos da visita, pois eles são múltiplos e nem sempre palpáveis. *"Os rastros deixados por Ratzinger são difusos. Para conseguir captá-los, a gente teria que fazer uma investigação mais fina do que foi a operação interna dentro da Igreja, enfim, saber que estratégia foi montada. O que sabemos é que a virulência dos atores conservadores certamente foi insuflada pela passagem do Papa",* analisa Sonia Corrêa, pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política.

"É inegável que a visita do Papa estimulou a militância dos grupos católicos mais conservadores que, organizados em entidades e movimentos como o Pró-Vida, pressionam as/os políticas/os e tentam frear os avanços na legislação brasileira referente aos direitos sexuais e reprodutivos", completa a socióloga Maria das Dores Campos Machado, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Mais à vontade e mais afiados

Para as pesquisadoras, o maior efeito da visita foi que todos os setores conservadores, dogmáticos, que gostariam de dizer certas coisas mais publicamente passaram a se sentir autorizados a dizê-las, a partir da passagem do Papa pelo país. Um exemplo disso foi a pressão de setores católicos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) à Pastoral da Criança, na 13ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília em novembro do ano passado – seis meses depois da vinda de Ratzinger –, e que levou à rejeição de uma moção sobre a interrupção voluntária da gravidez. A articulação das/os

católicas/os na Conferência fez com que a proposta de descriminalização do aborto defendida pelo Ministério fosse derrotada.

É, sobretudo, significativo o tema da Campanha da Fraternidade – iniciativa anual da Igreja Católica brasileira realizada há quarenta anos – para o ano de 2008: *“Fraternidade e defesa da vida humana: Escolhe, pois, a vida”*. Muito embora a campanha tenha sido concebida antes da visita do Papa, ela deve ser interpretada como parte da mesma agenda, já que seus fundamentos foram reiterados durante a V Conferência Episcopal da América Latina e do Caribe, em Aparecida do Norte, com a presença do Papa.

Como parte da Campanha, no início de 2008, as 240 igrejas católicas da cidade do Rio de Janeiro exibiram fetos de plástico e vídeos com cenas de abortos em missas dominicais como forma de reforçar a defesa da vida desde a concepção. Foram confeccionados 600 bonecos e, em uma das paróquias, o “feto” foi exposto no altar dentro de um vidro com gel, como se estivesse na placenta. O objetivo dessas performances de mau gosto não é o debate moral, mas sim aterrorizar as/os fiéis.

Em Jundiaí, no estado de São Paulo, a Câmara Municipal aprovou em março, com clara motivação religiosa, uma lei municipal que proíbe a distribuição da pílula do dia seguinte em postos de saúde da cidade. Dias antes da votação, o arcebispo da cidade havia visitado a Câmara Municipal pedindo a aprovação da lei. Desrespeitando a Constituição Brasileira, em seu artigo 226, regulamentado pela lei de Planejamento Familiar, nº 9263 de 1996, o prefeito Ary Fossen sancionou a lei. Vale lembrar que no Carnaval deste ano na cidade de Recife houve a tentativa da Igreja de fazer o mesmo.

Na cidade de Campo Grande, no estado do Mato Grosso do Sul, 9.862 mulheres correm o risco de serem criminalizadas por terem praticado aborto. Isto depois que uma clínica de planejamento familiar que existia há 20 anos no centro de Campo Grande foi fechada após ser “estourada” pela polícia depois de reportagem da TV Morena (afiliada da TV Globo). No local, a polícia encontrou as quase dez mil fichas de mulheres que estiveram na clínica desde sua abertura. Até o dia 9 de maio de 2008, 74 fichas haviam sido analisadas. Deste total, 16 são relativas a mulheres do interior do estado e que ainda não foram ouvidas; sete não foram encontradas e 51 compareceram à delegacia. Até o momento, 26 mulheres já foram formalmente processadas e estão cumprindo a pena da prestação de serviço comunitário em creches. A punição foi proposital, para fazê-las refletir sobre a maternidade. *“Se elas forem trabalhar em creches e escolas, vão ver que muitas mulheres podem criar um/a filho/a com um pouco de esforço”*, disse o juiz encarregado do caso, Alúzio Pereira dos Santos, em entrevista à revista Época (edição nº 521, maio/2008).

A socióloga Dulce Xavier da organização Católicas pelo Direito de Decidir acredita que, mais do que a vinda do Papa, a Campanha da Fraternidade 2008 deu um pouco mais de gás aos setores conservadores, possibilitando que estes atuem do modo como se articularam em Jundiaí e em Campo Grande. *“No caso*

de Jundiáí, o prefeito disse que sabia que a pílula não era abortiva, mas que havia sancionado a lei, pois o bispo era bastante influente e que ele não ia vetar uma lei desta natureza em ano de eleição. Percebemos uma articulação de grupos que têm um poder financeiro e de comunicação grande. O Legislativo e o Executivo utilizam os meios de comunicação da Igreja. Ao formular a lei que suspende a contracepção de emergência na cidade, o vereador Cláudio Miranda – último no ranking de projetos de lei votados – utilizou a bandeira do discurso moral para se colocar nas páginas dos jornais. E conseguiu”, afirma.

Para Dulce, a Igreja Católica está colocando nas mãos de deputadas/os o poder que tem e seu espaço nos meios de comunicação para pressionar o poder Executivo e o poder Legislativo em níveis local e federal. *“No caso de Campo Grande, um pequeno grupo de deputados foi ao Mato Grosso e fez uma representação no Ministério Público, para abrir um processo criminal contra as pessoas que tinham seus nomes nos arquivos da clínica. As autoridades locais se sentiram forçadas a cumprir a lei, não querendo se comprometer com uma discussão baseada nos direitos humanos das mulheres ou que procurasse ser mais justa em relação a essa questão, considerando a vida daquelas mulheres”,* relata.

Na análise de Sonia Corrêa, é fundamental observar esses fatos em conjunto: *“As pessoas percebem esses fatos como episódios isolados. Mas eles não estão desvinculados. Trata-se de uma ação coordenada e o Vaticano e a igreja Católica brasileira têm estrutura institucional para mobilizar esses eventos. Em 1997, a passagem de João Paulo II teve como efeito a re-mobilização dos grupos anti-aborto que já existiam mas tinham perdido terreno. Já a passagem de Ratzinger deixou um rastro de virulência que paradoxalmente co-existe com a sofisticação intelectual dos discursos papais que falam, por exemplo, de amor e ‘razão alargada’”.*

Segundo a socióloga Maria José Rosado Nunes, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e coordenadora da organização Católicas pelo Direito de Decidir, o rastro mais profundo da visita foi a confirmação da hegemonia conservadora na Igreja brasileira: *“O novo corpo de bispos no Brasil se afina com o Vaticano. O núcleo duro de opositores/res do aborto e da pluralidade sexual saiu fortalecido com a presença do papa no país. Esses núcleos católicos reacionários ganharam força para pôr em prática essas ações virulentas porque se sentem respaldados pela hierarquia da Igreja. Mas se existe a possibilidade de colocar os fetinhos no altar é por que própria uma sociedade se rege por um pensamento conservador. A Igreja vai na esteira do processo da sociedade”.*

Na análise do médico sanitário Sergio Rego, coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública, não há dúvida de que a vinda do papa fortaleceu uma maré conservadora. *“É difícil atribuir o maior conservadorismo a apenas um fator, mas é inegável que no decorrer deste ano posterior à visita observamos alguns retrocessos em campos que são alvo da ação política da Igreja, como a eutanásia, por exemplo. Há uma ação no*

Ministério Público Federal para derrubar a resolução 1805/2006 do Conselho Federal de Medicina (CFM) que autorizava a realização da ortotanásia – interrupção de procedimentos médicos para pacientes terminais que não tenham mais perspectiva de uma vida digna. João Paulo II realizou em si próprio. A Resolução da CFM veio facultar às/aos médicas/os, mediante autorização da família, a realização do procedimento. Em São Paulo há uma regulamentação específica que permite isso”.

Ele também lembra que no Congresso Brasileiro de Bioética, realizado em São Paulo, logo após a visita do papa, a certa altura, alguém propôs que era preciso recuperar o debate sobre legalização do aborto e um cientista católico afirmou: *“Em relação a esse ponto não existe debate possível”*. Representantes da Igreja também estão se movimentando no sentido desfazer uma resolução do CFM estabelecida no ano passado que cria o conceito do natimorto cerebral, incluindo-se o anencéfalo, para facilitar a realização de transplantes.

Para o cientista, falta no país um amadurecimento democrático, decorrência dos anos de autoritarismo: *“O país tem que se desenvolver democraticamente para reconhecer o caráter laico do Estado. Há uma grande confusão no Brasil entre o âmbito da religião e os âmbitos público e privado. Na Itália, a religião é algo tipicamente da esfera privada. No Brasil, falta o reconhecimento do caráter laico do Estado e de que o Brasil não é um país católico ou cristão. Somos um país laico, e esta é uma conquista constitucional”*.

Sonia Corrêa, porém, avalia que não é apenas a virulência que ficou como rastro da visita papal. Nos debates intelectuais sobre aborto, células-tronco e temas correlatos, os argumentos dos setores conservadores são hoje muito mais sofisticados do que dez anos atrás. Por exemplo, em um debate recente na televisão, a representante dos setores antiaborticionistas chamou atenção para os limites da política de saúde pública e da saúde reprodutiva no país ao dizer: *“O ministro devia estar cuidando da dengue, devia estar cuidando da alta pressão arterial, que é o que mata as mulheres de eclampsia, no caso do Brasil. O aborto é causa de morte de mulheres, mas a principal delas é a hipertensão arterial gravídica”*.

Uma linha de argumentação semelhante foi desenvolvida pela médica Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança (organismo de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB) que, em outra entrevista televisiva, lançou mão da experiência chilena para afirmar que a mortalidade materna decorrente de abortos clandestinos não é motivo suficiente para legalizá-lo: *“O Chile registra 17 [mortes de mulheres grávidas] por 100 mil [crianças nascidas vivas], enquanto que o Brasil tem 67 por 100 mil. Não é pela mortalidade materna que se vai legalizar o aborto porque o caminho não é esse. O caminho é melhorar o sistema de saúde e ter mais recursos, mais capacitação de pessoal, medicamentos e uma logística de acesso melhor”*.

Sonia Corrêa considera que essa nova estratégia de situar o aborto no contexto mais amplo dos limites e problemas do sistema de saúde no país captura o

imaginário social com facilidade sendo, portanto, urgente responder esses argumentos com agilidade e eficácia. *“De fato, o Chile tem as taxas de mortalidade maternas mais baixas da América Latina e o aborto é ilegal. Entretanto, a comparação com o Brasil é falaciosa, pois no Chile, há mais de quarenta anos, tem sido feito um investimento sistemático para reduzir a mortalidade materna, o que não é feito no Brasil”,* argumenta.

Os efeitos sobre a “Política”

Na análise da socióloga Maria das Dores Campos Machado *“se a visita do papa não conseguiu mobilizar o número de fiéis que se esperava e seu discurso parecia anacrônico frente às opiniões das/os católicas/os brasileiras/os, o impacto junto ao clero e aos movimentos tradicionalistas requer uma investigação mais cuidadosa. De forma sintética não diria que o país se moralizou, mas sim que a liderança católica no país tem mobilizado seus quadros para ocupar os espaços de debate e de deliberação sobre a sexualidade e o direito de escolha dos indivíduos e que isso pode ser um obstáculo para os movimentos em favor seja da diversidade sexual, seja da descriminalização do aborto”*.

Isso pode ser verificado sem maior dificuldade. Por exemplo, o recrudescimento das forças conservadoras fez com que o ministro da Saúde se tornasse mais cauteloso em sua defesa à descriminalização do aborto. Além disso, iniciativas legislativas conservadoras, que estavam se anunciando no Congresso, ganharam corpo: o projeto de lei PL 478/2007, dos deputados Luiz Bassuma (PT-BA) e Miguel Martini (PHS-MG), que elimina o direito ao abortamento seguro, mesmo em caso de estupro, e transforma-o em crime hediondo; o PL 489/2007, do deputado Odair Cunha (PT-MG), que proíbe o aborto inclusive em casos de estupro; e o PDC 42/2007, do deputado Henrique Afonso (PT-AC), que susta a norma técnica de 1998 que instrui aos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) a praticarem aborto seguro em caso de gestações decorrentes de estupro até o quinto mês. Nesse conjunto houve também a proposição de uma bolsa-estupro, que propunha ajuda financeira do Estado a mulheres vítimas de estupro, para ajudá-la a criar a/o filha/o até que este completasse a maioridade, de forma a tentar dissuadi-las da decisão de interromper a gravidez.

Nesse clima difícil, no dia 7 de maio de 2008, a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados votou o projeto de lei 1135/1991, que propõe a revogação do artigo do Código Penal brasileiro que penaliza a mulher de um a três anos de detenção. O projeto foi rejeitado e o relator, deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP), alterou o texto original para manter a lei como está, ou seja, com apenas dois permissivos: para casos de estupro e quando a gestação oferece risco de morte à mulher.

Cabe explicar que, na verdade, o que foi apresentado para votação no dia 7 de maio foi um novo relatório, contendo o parecer de Mudalen, no qual o

deputado conservador usa sua própria argumentação sobre o direito do nascituro e sustenta que a descriminalização sem parâmetros permite a legalização do aborto até o nono mês, o que foi decisivo na hora da votação, pois as/os 33 deputadas/os presentes eram todas/os ligadas/os a frentes parlamentares articuladas a setores religiosos. Sete deputadas/os progressistas se ausentaram por ausência de debate. Desde que a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara dos Deputados passou a ter uma nova composição, em 2006, tendo Mudalen como presidente, um processo de maior debate sobre o aborto tem sido dificultado. A composição atual da CSSF tem uma correlação de forças desigual no que diz respeito ao apoio a esse tema, daí a rejeição à proposta de descriminalização.

O PL 1135 seguiu, então, para ser apreciado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC), cuja composição é mais ou menos parecida com a da CSSF. Por isso mesmo, no dia 9 de julho, depois da realização de duas audiências públicas, a CCJC acabou por rejeitar o projeto, acolhendo o parecer do relator Eduardo Cunha (PMDB), escrito estrategicamente antes da realização das audiências públicas, cuja proposta era exatamente reunir especialistas com posições favoráveis e contrárias à descriminalização do aborto, promovendo, assim, um debate democrático. Foram 57 votos a favor do relatório dele e 4 contra.

Isto prova a existência de um crescimento do pensamento conservador tanto nos partidos de direita, quanto nos partidos considerados de esquerda. Um exemplo é o próprio deputado Eduardo Cunha, relator do PL 1135 na CCJC, que, além de membro da bancada evangélica, é um dos/as signatários/as da proposta que torna o aborto um crime hediondo. Por sua vez, vários/as políticos/as militantes, que assumem bandeiras bastante conservadoras no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, são de partidos de esquerda. São exemplos os dois parlamentares do PT que apresentaram dois dos projetos mencionados acima, ou a ex-senadora Heloísa Helena e o vereador Cláudio Miranda, autor da lei municipal que suspende a distribuição da pílula do dia seguinte na cidade de Jundiaí, caso citado acima, ambos/as do PSOL. Nunca é demais lembrar que a legalização do aborto está contemplada nos programas desses dois partidos.

No plano do Judiciário o fato mais importante foi o julgamento, em março de 2008, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF), proposta pelo ex-procurador geral da República (até 2005), o católico Cláudio Fonteles. Em 2005, Fonteles entrou com a ADI pedindo a revogação do artigo 5º da Lei de Biossegurança, que permite as pesquisas com células-tronco embrionárias no país. Aprovada em março daquele ano, a lei libera o uso dessas células em pesquisas ou no tratamento de doenças, desde que sejam retiradas de embriões produzidos por fertilização *in vitro*, congelados há mais de três anos ou que tenham se tornado inviáveis, argumentos sustentados pelas/os renomadas/os cientistas favoráveis a tais estudos nos debates que o STF vem promovendo desde que a Ação chegou ao tribunal, em 30 de maio de 2005. Em sessão realizada em março deste ano – quando

esperava-se que a Ação impetrada por Fonteles finalmente fosse ser julgada –, o STF suspendeu a votação após pedido de vistas do ministro Carlos Alberto Direito, reconhecidamente católico e conservador, depois que os dois primeiros votos – do relator do processo, ministro Carlos Ayres Britto, e da então presidente da Corte, Ellen Gracie Northfleet – foram favoráveis ao uso das células para fins científicos. Na ocasião, Direito afirmou que pediu vistas porque a questão é polêmica e precisa ser mais debatida.

Para Sonia Corrêa, a posição da Igreja em relação às células-tronco é expressão cabal do dogmatismo. *“O objetivo ideológico da Igreja ao se colocar contra essas pesquisas é o apego a uma noção da vida orgânica, da vida natural, da sacralidade da vida biológica. Segundo o Vaticano, a ordem da natureza não pode ser alterada porque é determinada pela lei divina. A Igreja busca nesse debate sedimentar o imaginário da sacralidade da vida representado pelo embrião, para produzir um consenso social frente ao aborto. Ao fazer isso desconsideram por completo os efeitos potenciais de pesquisa sobre a qualidade de vida”*.

A resposta da sociedade e das instituições

É preciso sublinhar, contudo, que os setores favoráveis à pesquisa com células-tronco, ao aborto legal e à pluralidade sexual têm resistido e respondido a essa onda conservadora e virulenta. No âmbito da sociedade civil, o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), em parceria com as Jornadas pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro, lançou em março a campanha *“Em Favor dos Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres Brasileiras”*, para conter os efeitos dos grupos conservadores e fundamentalistas *“que continuam a tratar como criminosas as mulheres brasileiras que, por razões diversas, precisam recorrer ao aborto. Desrespeitando princípios legais, tentam impedir o acesso aos direitos sexuais e reprodutivos já garantidos, como é o caso do planejamento familiar, da contracepção de emergência, da prevenção de DST/AIDS, dos serviços de aborto legal”* (Manifesto da Campanha). Um grupo de trabalho, composto por diversas organizações, também foi criado para acompanhar os projetos que tramitam no Legislativo e fortalecer o grupo de parlamentares que apóiam os direitos reprodutivos e têm sofrido pressão por parte das frentes de parlamentares articuladas com setores conservadores. Outra estratégia desenvolvida por essas organizações é acompanhar e buscar apoio das bases dessas/es parlamentares em seus respectivos estados.

Segundo Dulce Xavier, coordenadora das Jornadas, depois da rejeição ao PL 1135, a idéia agora é resgatar e apresentar o projeto desenvolvido pela Comissão Tripartite – formada por representantes do governo federal, do Legislativo e da sociedade civil em 2005 para revisar a legislação sobre o aborto no país. O projeto da Comissão Tripartite pode ser apresentado por um/a parlamentar ou entrar por emenda popular – neste caso, precisaria da assinatura de 1% das/os eleitoras/es. A diferença entre um projeto e outro é que o recém votado 1135, além de ser de 1991, é limitado: apenas propõe a

retirada do Código Penal dos artigos que criminalizam o aborto – o que dá margem a equívocos – e não inclui a regulamentação, isto é, não estabelece o prazo para que a interrupção possa ser feita, até quando a mulher pode solicitar o aborto por decisão própria e quem vai atender essa mulher e como vai atendê-la. O projeto da Comissão Tripartite contempla tanto a descriminalização quanto à regulamentação: propõe a interrupção até a 12ª semana por decisão da mulher, até a 20ª semana quando a gravidez resulta de estupro – o que já é permitido. E, no caso de anomalia fetal grave que inviabiliza a vida do feto e em caso de risco de morte à mãe, o prazo fica de acordo com a decisão médica.

“É importante dizer que há limites, para que a própria população tome conhecimento do que estamos propondo. A população tem uma resistência grande em relação à descriminalização porque têm uma idéia de que legalizar significa apoiar as pessoas a fazerem aborto de forma desmedida, quando a idéia na verdade é colocar critérios em algo que já é praticado sem parâmetros. As mulheres já tentam fazer aborto com mais de doze semanas de gestação. Com quinze semanas, ela pode usar qualquer método e de forma insegura, colocando sua vida em risco, pura e simplesmente por falta de conhecimento. Como não há atendimento, ela não tem como procurar informação de como seria um aborto seguro ainda no início da gravidez. Assim, ela o faz numa situação de desespero e acaba tendo problemas sérios. Se legalizado, ela poderia contar com a ajuda do sistema público de saúde e praticá-lo de forma segura, evitando fazê-lo com uma idade gestacional mais avançada”, analisa Dulce Xavier.

Como reação do movimento social organizado ao momento pelo qual o país passa, no dia 28 de maio – Dia Mundial de Ação pela Saúde da Mulher – as mulheres foram às ruas nas principais capitais brasileiras para denunciar o trato que tem sido dado à saúde das mulheres – como pressão policial, como é o caso de Campo Grande, não como política de saúde. A manifestação também foi feita em solidariedade às mulheres processadas em Campo Grande por terem praticado o aborto. Em relação a esse caso, uma Comissão formada por diversas organizações – a Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), CFEMEA, Themis, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Rede Nacional Feminista de Saúde – esteve em Campo Grande nas últimas semanas e concluiu haver uma forte pressão da Igreja Católica para que o caso seja tomado como “exemplar” e as mulheres processadas.

Segundo o relatório elaborado pela Comissão: *"A reportagem veiculada na TV Globo (Jornal da Globo) desencadeou as diversas respostas ao caso. No entanto, a Comissão avalia que a reportagem da TV não foi uma iniciativa isolada, já que inúmeros 'estouros' de clínicas foram noticiados pelas afiliadas da TV Globo e pela própria TV Globo (...) Os grupos Pró-Vida estão presentes no estado e na cidade de Campo Grande, fato exemplificado por várias manifestações. Há que se salientar a presença física de deputadas/os participantes da Frente de Defesa da Vida e do Movimento Brasil sem Aborto em Campo Grande, imediatamente após o fato ocorrido na clínica, e sua ação*

de pressão sobre o poder Judiciário e outras forças locais (...) As mulheres estão comparecendo à delegacia de polícia desacompanhadas de advogados e levadas a confessarem a prática do crime por desconhecerem inclusive o direito de permanecerem caladas”.

Além das feministas, intelectuais de renome têm se manifestado publicamente sobre esses temas como pode ser ilustrado pelo depoimento do sociólogo Flávio Pierucci, da Universidade de São Paulo (USP), que considera que o tema da descriminalização do aborto é debatido de maneira equivocada no país. *“Não se trata de discutir se abortar é pecado ou não, mas um pecado não pode ser crime. As leis éticas do catolicismo não podem servir de modelo para o Código Penal. Se aborto é pecado grave, isto é problema da Igreja. O problema para a/o brasileira/o é se o aborto deve continuar a ser crime. Quantas coisas são proibidas pelas leis de Deus e não são crimes? O que está proibido pela moral cristã católica não pode ser traduzido como crime no Código Penal. Crime é uma coisa, pecado é outra”.*

Professor titular de ética e filosofia política na USP, o filósofo Renato Janine Ribeiro ressaltou, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* (edição de 13/04/2008), que o que as discussões sobre o aborto, a eutanásia (e as formas de morte voluntária digna) e o uso de células-tronco embrionárias para pesquisa têm em comum é o fato de a vida ter se tornado objeto de intensa discussão ética. *“Esse debate não é fácil, porque coloca em cena a vida que não virá à luz, no caso do aborto ou talvez dos embriões, ou a vida que tenha fim abreviado. Em outras palavras, é um debate sobre a vida que inclui a morte ou a não-vida. Daí que seja muito delicado, fácil de tomar pelas paixões (...) Mas o caso dos embriões não é o do aborto. Não devemos deixar que uma questão instrumentalize a outra. Há pessoas que aceitam o uso dos embriões congelados que, não estando implantados no útero, ainda não estão a caminho de viver, mas não admitem o aborto. Outras defendem o direito ao aborto, como mal menor; outras o defendem, sem limites. São muitas posições diferentes. Penso que o ponto decisivo a assegurar é que, mesmo convergindo todas essas questões no limite entre a vida e a morte voluntária, não sejam misturadas. O debate sobre os embriões tem-se confundido com o do aborto, o que só confunde as pessoas. São questões distintas”.*

O especialista em bioética Fermin Roland Schramm, da Escola Nacional de Saúde Pública, considera que o importante do ponto de vista ético não é quando começa a vida do ponto de vista biológico. *“É claro que no momento da junção de dois gametas se tem uma nova entidade biológica, mas não se pode dizer que isto vai ter uma potencialidade de vida. O importante é que tipo de vida é relevante do ponto de vista ético. Acho que é a ‘vida em relação’, não a célula ou zigoto enquanto tal. O importante é o momento em que se estabelece uma relação e quando essa relação é aceita e acolhida pela hospedeira – termo epidemiológico que se refere à dona do útero que de fato hospeda esse novo ser. Se uma gestante não aceita essa relação, pelas mais variadas razões, essa relação ética não existe, não pode existir ou ser imposta por terceiros – a Igreja, a família, o companheiro ou a sociedade. Penalizar essa mulher é*

problemático. Visto que as mulheres são donas de seus próprios úteros – porque o feto está dentro de seus úteros e não dos neurônios do papa – o direito dela prevalece sobre os demais eventuais direitos que Igreja, Estado, família ou o companheiro possam ter. Do ponto de vista ético a relação se dá entre a mulher e o conceito. O importante então não é saber quando começa a vida e sim quando começa a relação e quando essa relação é reconhecida por parte da mãe, porque o outro ainda não tem cérebro”.

No que diz respeito às instituições do Estado, embora as posições do Executivo e do Congresso sejam contraditórias quando não francamente conservadoras, o Judiciário tem demonstrado mais apego à laicidade e respeito democrático pela pluralidade moral. Isso pode ser verificado nas posições expressas pelos juizes do STF quando do julgamento da Ação de Inconstitucionalidade proposta pelo ex-procurador Cláudio Fonteles. Na sessão de março, ao proferir o seu voto, Ayres Britto afirmou que a Constituição brasileira protege a vida humana do nascimento à morte cerebral (já se chegou a um consenso em relação ao que é considerado morte): *"A nossa Magna Carta não diz quando começa a vida humana. Não dispõe sobre nenhuma das formas de vida pré-natal. O embrião é o embrião. O feto é o feto. E a pessoa humana é a pessoa humana. Esta, a pessoa humana, não se antecipa à metamorfose dos outros dois organismos. É um produto final dessa metamorfose... é o fenômeno que transcorre entre o nascimento com a vida e a morte. É o produto final dessa metamorfose, um ir além de si mesmo para se tornar outro ser. Tal como se dá entre a planta e a semente, a chuva e a nuvem, borboleta e crisálida, crisálida e lagarta. Ninguém afirma que a semente seja planta, a nuvem chuva, a crisálida borboleta e a lagarta crisálida. Não há pessoa humana embrionária, mas embrião de pessoa humana”.* O decano do tribunal, ministro Celso de Mello, não antecipou seu voto, mas elogiou o voto do relator, que chamou de “antológico”.

Num dos principais trechos de seu voto de 60 páginas, Ayres Britto afirmou ainda que o embrião de que a trata a Lei de Biossegurança *"não é jamais uma vida a caminho de outra vida virginalmente nova. Faltam-lhe todas as possibilidades de ganhar as primeiras terminações nervosas que são o anúncio biológico de um cérebro humano em gestação. Numa palavra, não há cérebro. Nem concluído nem em formação. Pessoa humana, por consequência, não existe nem mesmo como potencialidade”.* Por sua vez, a Ministra Ellen Gracie afirmou que: *"Não somos uma academia de ciências. O que nos cabe fazer é contrastar a lei de Biossegurança com a Constituição Federal. E eu não constato vício de inconstitucionalidade na referida norma”.* Para Celso de Mello, o tema sobre quando a vida começa é extremamente controvertido e o STF não pode levar em conta dogmas católicos. *"O que não podemos é fazer opção por uma teoria que defina o início da vida a partir da perspectiva estritamente confessional”*, disse ele (Agência Estado, 9/03/2008).

A posição do Supremo Tribunal Federal está, sem dúvida, em sintonia com a percepção da sociedade em relação às pesquisas com células-tronco embrionárias, como revela pesquisa do Ibope encomendada pela organização Católica pelo Direito de Decidir, segundo a qual 95% das/os brasileiras/os são

favoráveis a esses estudos, considerando-os uma atitude em defesa da vida. Levando em conta tal percepção, o STF aprovou, em maio, a continuação das pesquisas, colocando fim ao processo iniciado em 2005. Seis dos 11 ministros do STF votaram pela improcedência da Ação de Inconstitucionalidade. Cabe sublinhar que, **embora a margem da votação final** tenha sido estreita, as/os ministras/os que votaram a favor da constitucionalidade do artigo 5 têm convicções sólidas de respeito à laicidade e à pluralidade moral.

O articulista Jânio de Freitas, na sua avaliação acerca da decisão do STF, visualiza a possibilidade de que, no futuro, essas questões sejam tratadas com razoabilidade e não mais a partir de posições dogmáticas: *“Alguns/as ministros/as registraram, com clareza, a fenda larga que se abre, com o reconhecimento da liberdade de pesquisas com células-tronco, para que o futuro retome ou abra, sem grande tardança, o debate e a decisão sobre questões próprias dos avanços no mundo contemporâneo, como o direito à interrupção da gravidez indesejada e o direito a preferir a morte ao sofrimento final sem alívio”*.

Conexão Internacional

Desde a metade dos anos 1990, o Brasil constitui um alvo principal das estratégias do Vaticano, quer seja porque a Igreja Católica está disputando o mercado religioso com evangélicas/os, quer seja porque se trata de neutralizar posicionamentos progressistas do Brasil em fóruns internacionais. Mas o que se passa aqui deve ser analisado à luz das iniciativas globais de Bento 16. Entre elas deve-se mencionar a breve mobilização feita através da mídia católica em janeiro de 2008 para lançar uma campanha pedindo a moratória do aborto, francamente inspirada na moratória da pena de morte proposta pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para comemorar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. E mais especialmente sua visita à Organização das Nações Unidas (ONU), em abril de 2008.

Para Sonia Corrêa, é preciso sempre lembrar que a visita do Papa à ONU foi também uma visita aos Estados Unidos, à Casa Branca, ou seja, a explicitação de uma aliança entre Bush e o Vaticano, que já existia, mas que nunca se explicitou com tanta veemência. *“Bento 16 foi a Washington para sinalizar para o mundo que ‘Estamos juntos’”. Bush pode ir-se, mas a tocha do conservadorismo continua firme conosco. Voltaremos a ser o ator principal dessa agenda”*, analisa a pesquisadora. Essa avaliação está relacionada a que o Vaticano, de fato, foi muito discreto nos fóruns internacionais em relação aos temas do aborto e da sexualidade. Essa discricção admirável, considerando como a Santa Sé se comportava nesses debates ao longo dos anos 1990, só foi possível porque os Estados Unidos estavam na linha de frente.

Entretanto, continua sendo fundamental analisar criticamente as posições expressas por Ratzinger nas Nações Unidas, pois elas têm muitas implicações para os debates e processos em curso no Brasil e em muitos outros países onde

a influência do Vaticano é significativa. Como bem analisou o filósofo brasileiro Artur Gianotti no jornal *Folha de São Paulo* (Caderno *Mais*, edição de 27/04/08), num discurso formal e diplomático e sem nenhum traço de virulência, o Papa submeteu o jogo político a um critério moral. *"Numa penada, Bento 16 transformou uma instituição eminentemente política num bloco moral, cujas partes deveriam se integrar segundo os moldes de uma família, identificada em última instância com a família cristã. Simplesmente submete a política à moral sem levar em conta que a política sempre é jogo instável de interesses e que a moralidade contemporânea é antes de tudo a convivência de diferentes pontos de vista"*. Essa análise identifica o cerne dos muitos debates em curso sobre aborto, sexualidade e laicidade: na concepção da Igreja Católica, é a moral que salvará o mundo, não a política.

O sociólogo Flávio Pierucci, da Universidade de São Paulo (USP), disse certa vez que ser católico/a no Brasil é seguir a maioria. *“As pessoas já nascem católicas. O catolicismo não é uma religião de escolha. Assim como o luteranismo na Suécia, ser católico/a faz parte da paisagem”*. Porém, quando o Papa Bento XVI chegar ao Brasil, vai encontrar uma “paisagem” diferente da que encontrou seu antecessor, João Paulo II, em sua última visita, em 1997. Mesmo o Brasil sendo ainda considerado o maior país católico do mundo – embora o Estado brasileiro tenha deixado de ser católico no século dezanove, com o fim do Império – os resultados dos últimos recenseamentos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram um crescimento dos/as evangélicos/as e das pessoas que se declaram sem religião – segundo esses dados, a Igreja Católica perdeu em uma década quase dez pontos percentuais em seu rebanho: de 83% em 1991 para 73% em 2000. Muitos/as apontam este fato como a principal razão da visita de Bento XVI ao país neste momento.

Segundo especialistas, para além da perda de fiéis da Igreja Católica, o que deve ser observado é a intensa mobilidade religiosa observada no país. Uma pesquisa de 2004 do Ceris (Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social) sobre trânsito religioso mostra que 23% dos/as entrevistados/as mudaram de religião nas últimas duas décadas. (fonte: livro *Mudança de religião: desvendando sentidos e motivações no Brasil*, ed. Palavra e Prece)

“Devemos considerar que a maior parte desses/as entrevistados/as era da Igreja Católica. Essa mobilidade religiosa é algo que nunca tivemos no Brasil. Antigamente, a pessoa podia se dizer católica e freqüentar a umbanda. Mas quando se faz um questionário e as pessoas assumem que mudaram de religião, significa que elas estão dizendo que estão rompendo com a instituição e mudanças em termos de construção de identidade estão ocorrendo. O que percebemos hoje em dia é um número crescente de pessoas experimentando outras formas de expressão religiosa e de vida comunitária”, avalia a socióloga Maria das Dores Machado, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Não é exatamente o crescimento das igrejas evangélicas (fenômeno que vem ocorrendo há 50 anos, tendo sofrido uma aceleração nas três últimas décadas) o que mais preocupa o Vaticano, mesmo porque, segundo os dados do IBGE, o número de pessoas que se declaram católicas também cresceu – passou de 122 milhões em 1991 para 125 milhões em 2000. Este aumento de 3 milhões de seguidores/as em uma década pode ser considerado significativo no atual mercado religioso brasileiro, tendo em vista que, em 2000, a Igreja Batista, por exemplo, não reunia esse número de fiéis em seus cultos.

Entretanto, o que tem chamado a atenção da hierarquia católica é o fato de o

crescimento do número de seus/as adeptos/as se mostrar mais lento do que o crescimento da população total do país – de 1970 a 2000, a taxa de crescimento médio anual dos/as católicos/as foi de 1,3%, enquanto o da população total atingiu 2%. (fonte: *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*, Ed. Loyola)

"Há 40 anos as católicas desobedecem um preceito do Vaticano: a pílula"

A preocupação é que tal diminuição no ritmo de crescimento do número de católicos/as possa acarretar uma perda da influência da Igreja Católica no país, se essa tendência continuar nos próximos anos. Na verdade, a religião perdeu ao longo dos anos esferas de influência no comportamento das pessoas. Certamente, uma outra questão a ser enfrentada pela Igreja Católica hoje em dia é o fato de nos últimos anos ter crescido muito a visão crítica dos/as fiéis com relação às instituições, como resultado dos avanços tecnológicos e do maior acesso à educação e à informação. Os/as católicos/as querem cada vez mais autonomia em relação a assuntos de foro íntimo, como casamento, métodos contraceptivos e orientação sexual, temas que o Vaticano tenta manter sob o controle de suas rígidas tradições.

"Percebo que a capacidade da Igreja Católica de convencer seus/as fiéis de seus dogmas é muito reduzida hoje em dia. A autonomia das pessoas frente às instituições religiosas está se ampliando. O aumento da escolaridade e do conhecimento amplia a capacidade de os sujeitos sociais assumirem posturas mais críticas em relação à instituição. Quando o papa diz que 'o segundo casamento é uma praga', as pessoas, mesmo sendo católicas fervorosas, olham essa observação como sendo um discurso absurdo, fora de propósito", ressalta Maria das Dores.

Este hiato entre doutrina e conduta sempre existiu, segundo Flávio Pierucci. *"Isto tem a ver com o avanço dos conhecimentos de um modo geral. Veja as questões do uso de preservativos. Por mais que a religião se coloque contra, quem dá a informação fundamental é a categoria médica. Numa outra questão há a demanda por uma informação jurídica, como é o caso do divórcio, também condenado pelo Papa. O fato de ser proibido por uma religião faz com que as pessoas ouçam outras fontes. Há um processo crescente de alfabetização, mas também de medicalização. A esfera sexual deixou de ser esfera do pecado para ser esfera da saúde. E a Igreja quer recuperar uma esfera de poder que já pertenceu a ela",* avalia Pierucci.

Um exemplo, segundo o sociólogo, diz respeito ao número de pessoas infectadas pelo vírus HIV no Brasil que, segundo previsões estatísticas da última década, seria mais alto do que hoje se vê. E isso é consequência direta do uso do preservativo nas relações sexuais, como comprovam as pesquisas. *"Se a população é católica e os índices de Aids não são tão altos o quanto se previa,*

então é porque as pessoas estão ouvindo os/as médicos/as, a despeito das diretrizes religiosas”, diz o sociólogo.

Pierucci também lembra que o uso do preservativo não é o único sinal de que a Igreja vem perdendo espaço. *“O Vaticano foi contra a pílula anticoncepcional nos anos 60, quando o método surgiu. Mas as mães católicas usaram e continuam usando nesses quarenta anos. Elas não vão ficar seguindo o conselho do Papa enquanto os/as médicos/as dizem ser esta uma maneira de evitar uma gravidez que está fora dos planos”, salienta.*

“Quando ampliamos o conhecimento e os recursos cognitivos das pessoas, estamos criando novos desafios para a instituição religiosa. O divórcio, por exemplo, é um dos desses desafios. O problema é que a Igreja rechaça, não negocia. Este tipo de discurso mais conservador da Igreja a respeito do divórcio, do aborto e da homossexualidade é algo que está fora de seu tempo. Mas, quando se aumenta a educação, se tem uma forma mais liberal de pensar uma série de questões. Isto permite também separar doutrina e conduta pessoal. Você pode se filiar a uma instituição religiosa e fazer aborto ou ser homossexual, mesmo sendo isto um dogma”, conclui Maria das Dores.

Além da mobilidade religiosa, mudanças sócio-políticas também vêm ocorrendo desde a última visita de um papa ao Brasil. A mudança no nível de escolaridade tem ampliado a percepção das mulheres com relação ao seu papel na sociedade ao mesmo tempo em que o país avançou no debate em torno dos direitos sexuais e reprodutivos nas esferas política e jurídica

“Avançamos, mas a Igreja Católica continua com a mesma posição. O Papa vem na verdade reforçar a posição do Vaticano. Mas devemos lembrar que, se por um lado temos um debate mais estimulado na esfera pública, temos também posições mais conservadoras na Igreja Católica. Historicamente a Igreja Católica nunca tinha desenvolvido estratégias como as usadas contra a Jandira Feghali [candidata ao Senado nas eleições de 2006], mandando torpedos para que o/as eleitores/as não votassem nela por ela defender a descriminalização do aborto. Se por um lado tivemos avanços, por outro temos o recrudescimento do conservadorismo e do fundamentalismo da Igreja Católica”, avalia Maria das Dores.

Santa oportunidade

Fatores como o crescimento no número de religiões evangélicas, uma maior mobilidade religiosa e o aumento no nível de escolaridade da população fazem com que a disputa atualmente no mercado religioso brasileiro não se coloque mais em termos de número de fiéis e sim, sobretudo, em termos de marcar presença na sociedade. O antropólogo Emerson Giumbelli, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, acredita que, em relação aos/às evangélicos/as, a Igreja Católica já não age na chave de uma estratégia defensiva. *“Ao contrário, ao longo dos anos ela acabou*

incorporando algumas características das outras igrejas, como demonstra a consolidação dos movimentos carismáticos. A visita do Papa, que acompanha a canonização de Frei Galvão, o primeiro santo brasileiro, pode ser vista por esse ângulo. Trata-se de marcar presença através de manifestações públicas e massivas que apontem para a importância do catolicismo na sociedade”, afirma Giumbelli.

Neste sentido, acreditam os/as especialistas, a canonização do frei é extremamente oportuna. Significa uma reação católica para tentar barrar o crescimento dos/as evangélicos/as e promover uma retomada dos vínculos com o universo católico. *“Quando a Igreja Católica lança medalhinhas com o rosto do papa para serem vendidas, ela está trabalhando em cima de uma demanda que existe e que vai de certa forma aumentar um vínculo religioso. No caso da canonização de Frei Galvão, por exemplo, ela está criando um fato novo que provavelmente vai gerar romarias, estimular um turismo religioso e possibilitar a venda de produtos. Neste caso, não é somente o lado mercadológico que está em jogo, mas a mobilização de emoções e sentimentos. Com isto, se está mobilizando pessoas a comprarem a medalhinha, a irem ver o Papa e a comprar a pílula do Frei Galvão”, analisa a socióloga Maria das Dores Machado.*

Religião e sexualidade

Em maio, Ratzinger vai também se deparar com um movimento, ainda que embrionário, de religiões inclusivas na paisagem religiosa brasileira. *“O movimento está se consolidando mais, através de um discurso que retira a homossexualidade do rol de pecados e formula um discurso positivo sobre as pessoas LGBT”, afirma o antropólogo Marcelo Natividade, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Há três anos, Natividade vem etnografando novos movimentos religiosos – entre eles o das igrejas com propostas inclusivas – como parte da pesquisa “Sexualidade e experiência religiosa: paradoxos da construção de si na contemporaneidade”.*

O movimento surgiu no país na década de 1990, quando o pastor Nehemias Marien, da Igreja Presbiteriana Unida Bethesda, passou a permitir que homossexuais freqüentassem os cultos. Por seu posicionamento público favorável aos/às homossexuais, o pastor foi alvo dos/as religiosos/as de vertentes cristãs. Em 2003 surgiu a Igreja da Comunidade Metropolitana, abrindo caminho para outras instituições religiosas direcionadas à população LGBT.

“Essas igrejas trazem de novo o fato de pensar que um culto cristão pode ser conduzido por uma pessoa assumidamente gay ou lésbica, ou freqüentado por ela sem se exigir que mude sua orientação sexual, o que era impensável há 10 anos, quando apenas os cultos afro-brasileiros eram mais tolerantes e abrigavam os/as homossexuais. Hoje vemos um movimento de expansão em relação a essa questão. Grande parte dessas pessoas veio de igrejas pentecostais e agora elas percebem que podem conciliar a experiência religiosa

com a sua orientação sexual. Antes viviam em conflito, escondendo sua identidade no ambiente religioso”, observa Natividade.

Segundo ele, algumas pesquisas mostram que há uma tendência dos/as homossexuais a abandonarem a religião de origem para cultos afro-brasileiros, o que pode ser relacionado ao caráter excludente das religiões cristãs.

O Vaticano vem imprimindo uma política de retomada do conservadorismo desde os anos 1980. Nestas duas últimas décadas, João Paulo II vinha substituindo os bispos e arcebispos no Brasil. Para cada progressista que se retirava ou se aposentava da frente de uma arquidiocese, ele nomeava um mais conservador. A visita de Bento XVI vem reforçar essa posição.

Galileu, células-tronco e as tecnologias reprodutivas: as "heresias" da Ciência segundo a Igreja

Publicado no site do SPW
:: em 18/04/2007 ::

A tensão entre Religião e Ciência vem de séculos. Segundo o físico Enio Candotti, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), *"os enrijecimentos da Igreja Católica em relação ao campo científico têm a ver com épocas em que sua centralidade se viu questionada"*. Foi assim em fins de 1500: enquanto o protestantismo colocava em xeque essa "centralidade", o filósofo e cientista italiano Giordano Bruno era levado à fogueira pelo Tribunal do Santo Ofício (a Inquisição) por defender a pluralidade dos mundos. Anos mais tarde, o físico Galileu Galilei também seria condenado a abjurar publicamente as suas idéias e à prisão domiciliar por sustentar a idéia de que o sol era o centro do sistema solar, e não a Terra – como a Igreja defendia.

Para Candotti, a Igreja continua a desconhecer o mundo real como fonte de conhecimentos, razão pela qual ela se coloca contra a atitude científica de constante procura. *"A Ciência é um sistema aberto e inacabado, que procura constantemente entender o mundo. Por outro lado, de acordo com a lógica religiosa, tudo já se sabe, tudo está pronto, a verdade absoluta já está revelada"*.

A criação do mundo é um bom exemplo da ruptura entre a visão religiosa e a científica. Enquanto a Igreja defende a narrativa bíblica da criação – de que o mundo foi criado em seis dias e no sétimo dia Deus descansou – a Ciência sustenta a teoria darwinista da evolução das espécies e que o universo teve origem numa explosão inicial – teoria do *Big Bang*.

"A idéia de criacionismo precisa ser revista pela Igreja", observa o físico e astrônomo Ronaldo Mourão, fundador do Museu de Astronomia do Rio de Janeiro. Para ele, a Igreja já reconheceu, mesmo que nas entrelinhas, que a narrativa bíblica é simbólica. Na introdução de seu livro *"Do universo ao Multiverso: uma nova visão do cosmos"* (Editora Vozes), Mourão cita uma frase dita por João Paulo II em audiência aos/às participantes da Semana de Estudos sobre Cosmologia e Física Fundamental da Pontifícia Academia de Ciência. *"Toda hipótese científica sobre a origem do mundo, como aquela do átomo primitivo do qual derivaria o conjunto do universo físico, deixa aberto o problema relativo ao começo do universo [...] A própria Bíblia nos fala de origem do universo não para nos fornecer um estudo científico, mas para precisar as justas relações do homem com Deus e com o universo"*.

É preciso lembrar que em relação à Inquisição, o Vaticano só "reconheceria seu erro" quase dez séculos depois. Significativamente foi João Paulo II quem pediu

perdão ao mundo pelos abusos cometidos pelo Tribunal do Santo Ofício. Apesar desse arrependimento tardio, vale dizer que a Inquisição, de fato, nunca foi extinta. Em 1908 seu nome foi alterado para Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, a qual foi presidida durante 23 anos (no período de João Paulo II) pelo Cardeal Joseph Ratzinger, atual Papa.

Uso de embriões em debate.

Uma célula viva tem a mesma relevância do que o indivíduo?

Ainda à frente da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé. O Cardeal Ratzinger participou da elaboração do documento "Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação", segundo o qual, perante Deus, a vida tem início a partir da união do óvulo com o espermatozóide, conceito utilizado pela Igreja para condenar técnicas como a fertilização *in vitro*, o uso de células-tronco embrionárias na pesquisa e a descriminalização do aborto. (Veja também o Boletim [Ciência e Religião](#))

O documento deixa claro que os recursos médicos para vencer a esterilidade não devem separar "os aspectos essenciais unitivo e procriador", e critica procedimentos que usem o material de terceiros/as (doadores/as de gametas) por considerá-los contrários à unidade do matrimônio. O cerne da crítica está no problema do respeito aos embriões considerando que "o ser humano deve ser respeitado como pessoa desde o primeiro instante de sua existência", segundo essa compreensão, no momento da fecundação.

Apoiada nos argumentos desenvolvidos pelos especialistas da Pontifícia Academia para a Vida, a Igreja Católica condena a experimentação com embriões humanos, exceto as investigações em benefício do embrião individual investigado. Entende-se que o embrião já seria um ser humano pleno desde a concepção e cuja vida deve ser respeitada.

"Toda a posição da Igreja em relação a esses temas utiliza a linguagem da Ciência. Eles aplicam a lógica da Ciência dentro do que estão defendendo, isto é, usam argumentos científicos a seu favor. No caso das pesquisas com células-tronco, a Igreja usa argumentos científicos para dizer que o embrião doador era uma vida. Logo, é um embrião que não se pode congelar", analisa a socióloga Maria das Dores Machado, da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Segundo Enio Candotti, a definição religiosa de quando começa a vida é arbitrária. *"O conceito de começo da vida oscilou durante séculos. Eles já consideraram que o feto tinha vida após alguns meses. São coisas que eles vão atualizando"*, revela. Para ele, não basta as duas células se unirem. *"Há uma série de momentos que poderiam ser considerados como início da vida. Mas um ser humano é muito mais complexo. Devemos considerar como legítimo o fato de algumas pessoas acreditarem na lógica religiosa, mas querer que todos/as sigam e se adaptem a essas crenças é grave. São afirmações que podem soar*

coerentes, mas não podem justificar políticas públicas. Aborto, células-tronco são questões de saúde pública”.

Cientistas favoráveis ao uso de embriões humanos em pesquisa argumentam que no estágio inicial não haveria um ser humano, apenas um pré-embrião, um aglomerado de células que pode se dividir em mais de um ser, ou cujo desenvolvimento pode cessar. Nesse debate, várias teorias são propostas para explicar o início de uma vida humana.

“Se a Igreja Católica argumenta com a fecundação, amparando-se na continuidade genética do indivíduo, outras teses poderiam ser consideradas, como o surgimento da linha primitiva (primórdio da medula espinhal por volta do 15º dia), o surgimento da placa neural (primórdio do sistema nervoso central), a identificação de batimentos cardíacos, a aquisição de sensibilidade, e o nascimento com vida. Enfim, não há uma posição unívoca sobre o início da vida humana e muito menos da condição de pessoa humana”, analisa a pesquisadora do Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde (NUTES/UF RJ) Naara Luna.

Para o médico sanitário Sergio Rego, coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública, o maior obstáculo é a visão conservadora da vida social sustentada pela Igreja. *“Não há dúvidas de que há vida em duas células que se juntam. No entanto, a questão central trazida pela Ciência é reconhecer a partir de que momento esta vida é moralmente relevante. Uma célula viva tem a mesma relevância do que o indivíduo?”, questiona. “A busca científica concentra-se em encontrar soluções concretas e viáveis. Não devemos negar oportunidades a pessoas que potencialmente irão se beneficiar um dia das pesquisas com células-tronco”.*

“Ataques contra a vida”

A posição do magistério da Igreja Católica sobre as novas tecnologias reprodutivas corrobora com o que a Igreja afirma sobre anticoncepção, ou seja, não são lícitos métodos contraceptivos que separem sexualidade e reprodução, pois o ato sexual deve estar sempre aberto para a possibilidade de procriação.

“A fertilização in vitro e correlatos seria condenável tanto pela separação de sexualidade e reprodução como por produzir embriões humanos, equivalentes a pessoas no entender do magistério católico, dos quais muitos não serão transferidos para o útero materno, sendo descartados ou mantendo uma existência em suspenso devido aos métodos de congelamento”, diz Naara.

Em seu discurso aos/às participantes da 13ª Assembléia Geral da Pontifícia Academia para a Vida, que teve como tema “A consciência cristã em favor do direito à vida”, Bento XVI coloca as novas tecnologias reprodutivas na lista de ameaças contra a vida. Nele, Ratzinger afirmou ser necessário *“admitir que os ataques contra a vida, no mundo inteiro, se ampliaram e multiplicaram,*

adquirindo também novas formas. São cada vez mais vigorosas as pressões para a legalização do aborto nas nações da América Latina e nos países menos desenvolvidos, mesmo com o recurso à liberalização das novas formas de aborto químico, sob o pretexto da saúde reprodutiva [...] Ao mesmo tempo, nos países mais desenvolvidos aumenta o interesse pela investigação biotecnológica mais aprimorada, para instaurar vastas metodologias de eugenismo, até à busca obcecada do/a 'filho/a perfeito/a', com a difusão da procriação e de várias formas de diagnóstico, que tendem a garantir a sua seleção. Uma nova onda de eugénica discriminatória encontra consensos em nome do presumível bem-estar dos indivíduos [...]'.

Entre as várias formas de diagnóstico citadas pelo Papa como "metodologias de eugenismo", figuram recursos como o diagnóstico genético pré-implantação, o qual permite identificar embriões portadores de alterações genéticas. *"Embriões portadores de doenças seriam destinados ao descarte e não à implantação no útero, procedimento condenado pelo magistério da Igreja Católica como eugenia. Só seria aceitável a intervenção no embrião que visasse a sua cura e preservação com vida. Algumas autoridades católicas comparam esses procedimentos ao aborto eugênico ou à antecipação de parto de feto anencefálico"*, observa a antropóloga Luna.

Lembrando contudo que em vários momentos da história, no entanto, a Igreja foi obrigada a reconhecer seus erros e a fazer concessões, Sérgio Rego afirma que: *"Tenho grande esperança de que a tomada de consciência do Vaticano pelos equívocos cometidos hoje em dia se dê de forma mais rápida do que aconteceu com Galileu"*.

Milagres do Frei Galvão: o uso da Ciência

Um dos destaques da agenda do Papa Bento XVI no Brasil será a canonização de frei Galvão, o primeiro santo brasileiro, cujos "milagres" passaram por um processo de comprovações necessário para sua santificação.

O texto do website oficial da visita do Papa ao Brasil explica aos/às leitores/as que *"por milagre entende-se um fato inexplicável segundo as leis da natureza, realizado por Deus pela intercessão do Servo de Deus. Esse milagre possui algumas características de grande relevância: deve ser um fato, normalmente uma cura, que deve ser instantânea, perfeita, duradoura e não explicável cientificamente. Este suposto milagre é analisado por uma comissão de médicos do país, que emitirão um parecer a ser encaminhado ao Vaticano. Lá chegando, será novamente estudado o caso em questão por uma comissão em geral de cinco médicos, que também emitirão parecer próprio. Note-se que aqui o que realmente interessa neste parecer não é que afirmem a existência de um milagre, mas que concluam por uma impossibilidade científica de explicação"*.

O que chama a atenção no processo de canonização é que o que dá legitimidade ao milagre é exatamente a impossibilidade de explicação do feito

milagroso por parte da Ciência. *“É interessante observar que, ao invocar a ciência para comprovar os milagres que produzem santos/as, a igreja Católica deixa transparecer seu imaginário sobre os/as cientistas: aqueles/as que falam a verdade em nome da natureza. Atestar milagres significa, nesse caso, um/a cientista afirmar, a partir do conhecimento íntimo que mantém com a natureza, que um fato determinado não tem explicação segundo as leis da natureza”*, analisa a socióloga da Unicamp Teresa Citeli.

No caso do frei Galvão, o “milagre” foi garantir o nascimento de um filho saudável, para uma mulher que já tinha tido diversos abortos espontâneos. Segundo Teresa, a mesma tática de aproximação oportunista com a Ciência também é utilizada no momento de argumentar sobre o início e o final da vida, para se contrapor à contracepção, ao direito ao aborto, ao uso das células-tronco embrionárias e à eutanásia.

Sergio Rego acha que, historicamente, a contaminação da análise científica por valores religiosos tem levado a uma visão embaçada do campo científico. *“Não faltam exemplos de como a abordagem do campo científico feita pela Igreja Católica tem se dado de forma trágica”*, observa. Além disso, o/a cientista considera que a Igreja Católica tem conseguido disseminar suas propostas morais utilizando estratégias de comunicação muito eficientes. Um exemplo candente é a canonização de Frei Galvão que, segundo ele, pode impactar negativamente no debate político nacional: *“A santificação de frei Galvão refletirá no ‘ânimo’ católico de uma maneira geral. O resultado desse novo ‘ânimo’ dependerá da centralidade das mensagens do Papa e de como essas mensagens serão divulgadas. Não me surpreenderei com um recrudescimento das ações contra as liberdades individuais e coletivas em nome dos princípios religiosos. Há uma grande bancada no Congresso Nacional e no governo que estão prontas a atenderem as demandas da batina”*.

Essa não é a primeira vez que um Papa visita o país. Se a primeira visita de João Paulo II em 1980 teve um efeito demolidor sobre a teologia da libertação, a segunda, em 1997, claramente implicou a ampliação de vozes e iniciativas contrárias ao aborto. Teresa Citeli, embora considerando ser difícil fazer um prognóstico preciso do que pode acontecer após a passagem de Ratzinger, reconhece que a visita do atual Papa deve deixar um rastro ainda mais conservador: *“Os grupos mais reacionários em relação à sexualidade e reprodução poderão ganhar algum impulso. Entretanto, a defesa desses direitos também está mais estruturada e certamente saberá responder a uma possível ressaca fundamentalista, míope e antidemocrática”*.

Desde os tempos em que era chefe da Congregação para a Doutrina da Fé, Joseph Ratzinger responsabiliza a Teologia da Libertação pela perda de influência da Igreja Católica na América Latina. Por isso, especialistas acreditam que a punição imposta ao teólogo Jon Sobrino seja uma mensagem de Bento XVI à igreja latino-americana. O Vaticano identifica vários sintomas desse enfraquecimento. Se um deles é o crescimento das igrejas evangélicas e de outras expressões religiosas, outro é, sem dúvida, a mudança de mentalidades e normas frente a questões em relação às quais o Vaticano tem mantido posições dogmáticas inabaláveis, como é o caso do aborto.

Em seu discurso aos/às participantes na Assembléia Geral da Pontifícia Academia para a Vida, realizada em fevereiro, Bento XVI fez um "apelo à consciência cristã", e reiterou seu temor em relação à questão da descriminalização do aborto no mundo, particularmente na América Latina. *"É necessário admitir que os ataques contra a vida, no mundo inteiro, se ampliaram e multiplicaram, adquirindo também novas formas. São cada vez mais vigorosas as pressões para a legalização do aborto nas nações da América Latina e nos países menos desenvolvidos, mesmo com o recurso à liberalização das novas formas de aborto químico, sob o pretexto da saúde reprodutiva"*. O Papa está, de fato, correto. A ampliação do debate sobre a descriminalização do procedimento se intensificou na região nos últimos anos. Além de processos muito ricos de mobilização e debate em curso no Uruguai e na Argentina, a Corte Constitucional da Colômbia – país onde a influência da Igreja Católica sobre a política sempre foi acentuada e o aborto era proibido sob qualquer circunstância – assegurou o acesso ao aborto em casos de má-formação fetal, estupro ou risco de vida para a mãe em 2006.

Mais relevante ainda, a Assembléia do Distrito Federal do México aprovou, no dia 24 de abril de 2007, por 46 votos a favor e 19 contra, um projeto de lei que legaliza o aborto. Poucos dias antes da votação, o Papa enviou uma carta aberta aos bispos mexicanos apelando para que impedissem, a qualquer custo, a reforma legal. A carta foi interpretada por parlamentares de vários partidos como grave desrespeito ao Artigo 113 da Constituição Mexicana que define a separação entre Estado e Igreja. Em decorrência, a Secretaria de Governo (*Secretaría de Gobernación*) pediu à hierarquia católica que evitasse excessos. A ativista LGBT mexicana Gloria Careaga avalia que: *"Essa ingerência da Igreja deu mais força às vozes que sempre disseram que a laicidade do Estado deveria ser respeitada para que o aborto seja tratado como uma questão de política pública"*. (Para saber mais visite [La Jornada](#) e [Equidad](#))

No caso específico do Brasil, o Projeto de Lei 1135/91 (calcado na proposta elaborada por uma comissão formada pelo Executivo, em 2005, para rever a legislação sobre o aborto no país) encontra-se em tramitação na Comissão de

Seguridade Social e Família (CSSF) da Câmara Federal. Porém, muito mais significativo foi assistir, nas semanas que precedem a visita do Papa, o novo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, fazendo inúmeras declarações acerca do aborto como grave problema de saúde pública e apelando para que a sociedade debata a questão, inclusive através de um plebiscito.

É preciso lembrar que, muito antes da declaração do ministro, a Igreja Católica e seus/as aliados/as contrários/as à legalização do aborto vinham se organizando nos mais diferentes espaços sociais e institucionais. Em 2005, quando encerrou-se o trabalho da [Comissão Tripartite](#), o governo não apresentou o projeto de lei ao Congresso como proposta do Executivo ao Congresso e, imediatamente após a apresentação, essas forças se mobilizaram constituindo uma Frente Parlamentar para Defesa da Vida que conta com vários/as integrantes da base governista. Nas eleições gerais de 2006, parlamentares que defendem a legalização do aborto foram abertamente atacados/as.

No final de março de 2007, o Movimento Nacional em Defesa da Vida (Brasil sem Aborto), liderado pela Igreja Católica e a Federação Espírita Brasileira, mobilizou um ato público em São Paulo divulgado através de *outdoors* espalhados por toda a cidade com os dizeres: "Diga não ao aborto até o 9º mês". O slogan tinha como objetivo projetar uma imagem distorcida do projeto de descriminalização do aborto (PL 1135/91) que tramita na Câmara Federal. O texto defende a descriminalização do aborto quando realizado até a 12ª semana de gravidez, prazo que pode ser ampliado para 20 semanas em casos especiais, como grave risco à saúde da gestante, gravidez por estupro e malformação congênita incompatível com a vida ou doença fetal grave e incurável. Mas não propõe em nenhuma de suas linhas que o aborto possa ser realizado até o nono mês.

Após a declaração do Ministro, esses ataques e reações, naturalmente, recrudesceram. Há duas semanas, o ministro foi surpreendido por um protesto contra o plebiscito na cidade de Fortaleza. No Rio de Janeiro, o cardeal-arcebispo D. Eusébio Scheid interrompeu a celebração da Paixão de Cristo, na Sexta-feira Santa, para falar contra o aborto. Não cabe dúvida, portanto, que o tema será uma das questões chave da 5ª Conferência do Episcopado Latino-americano e do Caribe, que vai ser aberta pelo Papa no dia 13 de maio de 2007, na cidade de Aparecida do Norte. O encontro definirá a linha doutrinal e as ações da hierarquia católica para os próximos 12 anos e vários/as analistas sugerem que seu maior objetivo é aprofundar o controle burocrático sobre a igreja latino-americana e influir na vida política e eclesial da região.

Mas para várias analistas, ao interpretar o avanço recente observado no debate sobre o aborto e a contracepção como sendo resultado do enfraquecimento da Igreja na região, o Vaticano desconsidera ou minimiza o significado das lutas sociais por direitos humanos e de cidadania. "Reconhecer os direitos reprodutivos como direitos humanos foi uma conquista da humanidade. É o direito da pessoa vivenciar a sua sexualidade sem coerção, sem violência e com

garantia da sua saúde. A sociedade está se libertando da tutela da Igreja em áreas da vida em que considera a tutela indevida, e isso é um avanço”, analisa a socióloga Maria José Rosado, da organização não-governamental Católicas pelo Direito de Decidir. Margareth Arilha, diretora do PROSARE, programa de bolsas de pesquisa em sexualidade e saúde reprodutiva, faz a mesma avaliação: *“A sociedade não é totalmente determinada pela Igreja Católica, é constituída por atores/atrizes sociais e políticos/as que têm outras visões de mundo e interpretações da realidade, e que vão favorecendo possibilidades de flexibilização das posições emitidas pelo Vaticano”*.

Da mesma forma, Dulce Xavier, também integrante da organização Católicas pelo Direito de Decidir considera que: *“Pensar sexo e reprodução fora do âmbito privado, da decisão individual, e colocá-los no âmbito da legislação e dos direitos é um salto que foi dado pelo movimento feminista, incorporado pelos Estados”*. Segundo ela, o que ainda falta é que essa perspectiva seja incorporada pela população de forma mais ampla: *“O tabu em torno da descriminalização do aborto é um problema cultural, e a religião tem uma grande parte na construção dessa cultura. As pessoas só pensam dentro dos parâmetros que o cristianismo colocou no Ocidente”*, aponta a socióloga.

As percepções da sociedade

Resultados de pesquisas de opinião, contudo, sugerem que a resistência cultural, de fato, pesa bastante no imaginário social. Em pesquisa do instituto Datafolha realizada com 5.700 pessoas no fim de março, 65% dos/as entrevistados/as acham que a lei no Brasil deve continuar como está – que permite a prática em casos de estupro ou risco de morte para a mulher. A socióloga Maria Betania Ávila, coordenadora do SOS Corpo-Instituto Feminista para Democracia, avalia esse resultado como sendo um claro efeito da propaganda subliminar que se faz no Brasil em relação ao tema. Em entrevista para o jornal Folha de São Paulo, ela lembra que: *“A novela ‘Páginas da Vida’, que acabou há um mês, fez com que os/as piores vilões aparecessem defendendo que a mocinha da trama fizesse um aborto. Todos/as os/as personagens decentes eram contrários/as. Foi um panfleto anti-aborto na TV recordista de audiência”*. (Fonte: [Mulheres de Olho](#))

Um dos/as integrantes da comissão criada em 2005 para rever a legislação relativa ao aborto, o médico e professor de genética humana da USP Thomaz Gollop, pensa que a população se posiciona contrária à legalização do aborto por falta de informação. *“Se perguntarmos se uma mulher que fez aborto deveria ir para a cadeia, provavelmente as pessoas responderiam que não. Mas quando perguntamos se a lei deveria ser revista, elas se colocam contrárias não por convicção, mas porque não têm idéia do que isto significa”*.

Gollop tem razão ao indicar que as pesquisas de opinião, geralmente, não captam a dinâmica mais fina da percepção social sobre o aborto. Resultados de estudo realizado pela organização Católicas pelo Direito de Decidir no Brasil, por

exemplo, mostram a ambivalência na posição dos/as próprios/as católicos/as: 78% dos/as católicos/as brasileiros/as entrevistados/as mostraram-se favoráveis à oferta de aborto legal nos serviços públicos de saúde; 82% afirmaram concordar com a realização do aborto em caso de risco de vida da mulher; 80% em caso de problemas congênitos; e 67% se a gravidez resultar de estupro. (fonte: Pesquisa de opinião dos católicos brasileiros sobre direitos reprodutivos, relação Igreja e Estado e temas relacionados – clique [aqui](#) para saber mais)

Esses dados sugerem que a sociedade foi, de fato, sensibilizada pelo argumento desenvolvido pelas vozes que, assim como o Ministro da Saúde, consideram que a questão deve ser retirada do campo criminal e da lógica do pecado para ser encarada de frente, como uma questão de saúde pública. *“Principalmente porque quem vive o drama são as mulheres de baixa renda, que têm de se submeter a abortos clandestinos. Devemos discutir o tema sob uma ótica médica e visão de realidade, mostrando o que acontece na prática”*, avalia Thomaz Gollop. Estima-se que cerca de 1 milhão de abortos clandestinos sejam realizados a cada ano no Brasil, representando a terceira causa de morte materna no país. Em 2005, o Sistema Único de Saúde (SUS) registrou 230 mil internações por curetagem, que significam um custo de 30 milhões de reais por ano.

O determinismo biológico

Segundo Maria José Rosado, dois obstáculos fazem com que dificilmente a Igreja Católica venha a adotar essa perspectiva. O primeiro deles é a própria estrutura hierárquica da instituição: *“A instituição católica se funda na necessidade de uma intermediação entre o/a fiel e a divindade, representada pelo padre. O/a fiel não se dirige diretamente a Deus, mas o faz através do padre e as mulheres estão excluídas desse lugar de intermediação. Enquanto a Igreja mantiver este tipo de estrutura, será impossível para ela ter uma visão da sexualidade mais positiva, mais liberal e aberta, porque isto toca na sua estruturação”*.

Os outros obstáculos, segundo ela, são os séculos de tradição da concepção das mulheres como seres reprodutores. *“É uma sexualidade regulada pela reprodução. Não é uma sexualidade livre, e sim dirigida à procriação, e que continua sendo o ideário da igreja. Embora tenha havido um relativo avanço em relação a isso, no fundo esse vínculo entre sexo e reprodução se mantém, por isso a sexualidade nunca pode ser livre, autônoma e dirigida ao prazer. A teologia moral não avançou”*, diz ela. Para Maria José, se a maternidade não for “desnaturalizada” não será nunca possível pensar o aborto como uma questão que se situa no campo de uma ética da autonomia. *“Enquanto a maternidade continuar sendo concebida como algo da natureza das mulheres, a qual elas têm que responder obrigatoriamente e têm que se explicar quando decidem não serem mães, não conseguiremos colocar o aborto no campo da escolha. É preciso que a maternidade seja pensada nesse campo, para que então o aborto*

seja de fato uma questão de escolha. O aborto é solução diante de uma gravidez indesejada, impossível de ser levada adiante. Mas será impossível a sociedade enxergar desta forma enquanto não passarmos a pensar a maternidade como escolha. A maternidade deveria ser colocada como um projeto de vida, um desejo ou uma realização'.

No livro "Tiros cruzados: a laicidade à prova do fundamentalismo judeu, cristão e muçulmano", as autoras Caroline Fourest e Fiammetta Venner identificam uma clara convergência entre as três religiões monoteístas mundiais – o judaísmo, cristianismo e o islamismo – em relação ao que "deve" ser o papel da mulher em uma sociedade: um papel de subordinação e de submissão. Os documentos lançados pelo Vaticano em anos recentes ilustram o quanto a percepção de Fourest e Venner é legítima no que diz respeito ao catolicismo. Em carta aos bispos da Igreja Católica discorrendo sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo – publicado quando o Cardeal Ratzinger ainda era o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé – afirma-se que a busca de autonomia das mulheres é um mal porque gera a desagregação das famílias e as distanciam do "determinismo biológico" que faz delas fundamentalmente "mães". No capítulo intitulado "O problema", o texto critica severamente uma certa "*antropologia, que entendia favorecer perspectivas igualitárias para a mulher, libertando-a de todo o determinismo biológico, mas que acabou de fato por inspirar ideologias que promovem, por exemplo, o questionamento da família*".

Segundo Dulce Xavier, essa formulação reflete "*um pensamento negativo sobre as mulheres, como se elas não tivessem outra função no mundo que não fosse estar submissa aos homens ou se prestar à maternidade. É como se elas não fossem humanas e não tivessem qualquer possibilidade de ter uma vida autônoma. Para o Papa, a sexualidade é uma coisa negativa, que precisa ser controlada dentro do casamento. A condenação dos métodos contraceptivos – pílula, preservativo – é uma condenação da possibilidade da liberdade. Segundo essa teologia, quando as pessoas têm relações sexuais sem o compromisso com a procriação, elas tendem à promiscuidade*", observa.

As múltiplas interpretações do "direito à vida"

No Brasil e no mundo, para fazer frente às proposições que visam descriminalizar o aborto, a Igreja Católica lança mão de dois fundamentos doutrinários: o primeiro deles é que sexo quando não se destina à procriação deixa de recriar a imagem do céu na terra e se aproxima da perversão. O texto da Encíclica *Deus Caritas Est*, tornada pública em dezembro de 2005, afirma inúmeras vezes que o amor que não procria é um amor fraco. O segundo argumento se apóia no conceito de direito à vida acoplado à posição dogmática de que a vida começa no momento da fecundação.

Em 2004, no Brasil, o tema do conflito entre o direito do feto e o direito da mulher ganhou grande visibilidade num debate que teve lugar no Supremo

Tribunal Federal (STF). Em junho daquele ano, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) apresentou à corte mais alta do país uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), um instrumento jurídico que permite que a sociedade interpele diretamente o Supremo. O objetivo da ação era garantir à gestante “portadora de feto anencefálico” o direito à antecipação terapêutica do parto, sem necessidade de apresentação prévia de autorização judicial ou qualquer outra forma de permissão específica do Estado. Um mês depois, o ministro do STF, Marco Aurélio de Mello, concedeu a liminar – autorização de caráter provisório – pedida pela CNTS, o que gerou intensa mobilização de grupos pró-vida católicos. Quatro meses depois, essa liminar seria derrubada pelos/as ministros/as do Supremo Tribunal, por sete votos a quatro. Embora em abril de 2005, numa reunião plenária, a ADPF tenha sido julgada procedente, passados dois anos seu mérito ainda não foi julgado.

Para a diretora do Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (Anis), Débora Diniz, parceira da CNTS na apresentação da ADPF, se existe um conflito de princípios, ele deve ser processado com base numa perspectiva argumentativa: *“Isto é que faz a democracia. O fato de não haver uma única resposta sobre o início da vida, não significa não haver uma resposta melhor que a outra. Podemos partir de um consenso: o embrião tem forma de vida. Mas e daí?”*.

Miriam Ventura, advogada e mestre em bioética, também analisa os argumentos da Igreja como sendo expressão de *“uma ética naturalista, que defende o status do feto como de uma pessoa. Eles se baseiam em argumentos naturalistas. Mas não podemos mais fundamentar questões em dogmas religiosos e sim pela racionalidade. Uma possibilidade de vida não pode ter mais direito do que uma pessoa”*. Para ela, a questão do aborto deve ser discutida a partir da premissa de liberdade individual, prevista no artigo 5º da Constituição Brasileira, o qual estabelece que *“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade”*. Para Ventura, *“o direito à vida desde a concepção não está na lei. Defendo a autonomia do sujeito como valor. Não temos que discutir se um feto tem vida ou não, e sim o valor que a sociedade deve dar a essa vida. O valor da vida não é absoluto. Acredito no sentido de vida dado pela Constituição que é o de uma vida digna, social. O sentido de vida não deve ser visto pelo sentido biológico, naturalista como a Igreja enxerga. A vida é um valor social. Quando defendemos o aborto por anencefalia, trabalhamos com o dado científico da inviabilidade fetal. Então a questão é: devemos privilegiar uma possibilidade de vida por uma vida que já existe?”*.

Vale lembrar que mesmo ponto de vista da ciência, não há uma posição unívoca sobre o início da vida humana e muito menos da condição de pessoa humana. *“Não há dúvidas de que há vida em duas células que se juntam. No entanto, a questão central trazida pela Ciência é reconhecer a partir de que momento esta vida é moralmente relevante. Uma célula viva tem a mesma relevância do que o indivíduo?”*, argumenta o médico sanitário Sergio Rego,

coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública. Significativamente, nesse momento em que uma vez mais se aquece o debate sobre aborto no país o Supremo Tribunal Federal convocou uma audiência pública para debater a questão das células-tronco e o começo da vida, outro tema em relação ao qual ciência e religião, progressistas e conservadores/as têm se confrontado abertamente no Brasil e no mundo. (Para saber mais veja: [Mulheres de Olho](#) e [FAPESP](#))

Embora a posição oficial da Igreja seja ser visceralmente dogmática em relação ao começo da vida, há vozes católicas de peso que expressam visões distintas. Por exemplo, o teólogo brasileiro Leonardo Boff, um dos mentores da Teologia da Libertação, condenado em 1985 pelo Vaticano ao “silêncio obsequioso” afirma em texto recente: *“Não podemos nos contentar com essa visão assumida oficialmente pela Igreja nos dias atuais. Na Idade Média não era assim, pois para Tomás de Aquino a humanização começava apenas 40 dias após a concepção. A Igreja, para efeito de sua ética interna, pode estabelecer um momento da concepção da vida humana”* (fonte: Em Defesa da Vida: aborto e direitos humanos, Católicas pelo direito de decidir).

O exemplo de Portugal exige reflexão

Às vésperas da chegada de Ratzinger ao Brasil, a aprovação pelo Parlamento português da descriminalização do aborto para gestações de até dez semanas, causou uma onda de entusiasmo no cenário nacional e o tema do aborto tem ocupado as capas dos principais jornais e revistas do país. A recente experiência é, inclusive, um dos argumentos utilizados pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, ao sugerir a realização de um plebiscito para decidir sobre a legalização do aborto no país.

As declarações do ministro, por um lado, foram amplamente apoiadas pelas organizações feministas e outras vozes. Em reunião regional latino-americana convocada pela OPAS para discutir temas relacionados à Comissão da OMS sobre Determinantes Sociais da Saúde, a Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos apresentou uma carta pública de apoio ao ministro que foi aclamada por outras organizações de mulheres presentes. Mas, por outro lado, mobilizou um intenso debate entre aquelas e aqueles que defendem a legalização dentro e fora do campo feminista.

A própria Ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, entrevistada pelo jornal Estado de São Paulo afirmou que: *“Não parece apropriado discutir, a priori, o plebiscito. Se no desenrolar do debate a consulta popular for considerada importante, aí não há motivo para que ela não seja realizada”*. Débora Diniz também apela para a cautela, sublinhando que um plebiscito é adequado para equacionar questões relacionadas ao ordenamento político, mas não para dirimir as diferenças de visão em relação ao aborto: *“O aborto deve ser pensado a partir do marco constitucional do pluralismo que assegura o direito de voz às minorias. O plebiscito torna-se uma falsa expressão*

de democracia quando se confunde democracia com representação de maioria. Se o marco constitucional máximo da razão pública não for capaz de enfrentar essa questão, vamos então para o legislativo'.

Em carta ao jornal O Estado de São Paulo, a pesquisadora da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids ([ABIA](#)) e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política, Sonia Corrêa, também afirmou que a proposta de um plebiscito exige reflexão cuidadosa. Se, de um lado abre campo para que forças favoráveis à legalização dialoguem amplamente com a sociedade, de outro o aborto não é questão que possa ser resolvida pela imposição de maiorias sobre minorias. Também considera que se o resultado do plebiscito em Portugal deve ser comemorado, é preciso bastante cuidado ao fazer analogias com o caso brasileiro: *"Na União Européia, da qual Portugal é parte, a quase totalidade dos países conta com legislações liberais e existe um sistema transnacional de direitos humanos que cobra consistência das leis nacionais. Se Portugal não tivesse reformado sua legislação, muito possivelmente a Corte recriminaria o país. Estamos muito longe de dispor de um 'sistema' de regulação e convergência das leis nacionais como este".*

Se, por um lado, a Ministra, Débora e Sonia foram cautelosas, outras feministas avaliam o atual contexto político do país um bom momento para a realização de um plebiscito. *"Penso que poderia ser um momento interessante para que a sociedade brasileira se olhasse no espelho. A idéia do plebiscito sempre foi muito assustadora até mesmo para os grupos pró-vida. É uma estratégia que assusta de parte a parte, mas particularmente penso que a sociedade deveria analisar o que pode sair daí. O plebiscito pode dar uma idéia mais precisa onde nós estamos",* avalia Margareth Arilha. Maria José Rosado concorda. *"Eu me pergunto se a sociedade já não avançou o suficiente na consciência de seus direitos e autonomia em face da tutela da Igreja para se tentar um plebiscito",* defende.

Também em entrevista ao jornal O Estado de São Paulo, Carmem Barroso, diretora da Federação Internacional de Planejamento Familiar (*International Planned Parenthood Federation, IPPF*), afirmou ser a favor do plebiscito. *"Sei de pessoas, defensoras do direito ao aborto, que não acham o plebiscito oportuno. Mas ele leva a população a pensar sobre o assunto e a tomar uma posição. Ainda que se corram riscos, o debate é um progresso. Veja o que aconteceu em Portugal: lá teve um plebiscito e não passou. Alguns anos depois, teve outro e passou. É o processo que conta",* disse.

Finalmente é importante dizer que a Igreja, de seu lado, se posicionou firmemente contra o plebiscito. O arcebispo de São Paulo e secretário-geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), D. Odilo Scherer, explicou essa posição a partir de uma perspectiva doutrinária, afirmando em entrevista ao jornal Folha de São Paulo que é absurdo "colocar em plebiscito o direito de matar". Para Sonia Corrêa, essa posição doutrinária esconde um cálculo político que não deveria ser minimizado: *"O Vaticano não visa apenas derrotar a proposta de legalização. A Igreja tem um objetivo muito mais ambicioso: quer*

eliminar todo e qualquer permissivo penal. Isso aconteceu em outubro de 2006 na Nicarágua quando – por pressão da Igreja e com franco apoio de Daniel Ortega – o Congresso banuiu a cláusula que permitia o aborto no caso de risco de vida que constava no código penal desde o século 19. O mesmo pode acontecer na Polônia nos próximos meses. No Brasil, onde 65 % dos e das potenciais eleitoras expressam opinião de que a lei não seja alterada, a realização de um plebiscito pode resultar na manutenção da lei como está, o que, frente a esse objetivo radicalmente regressivo, poder ser lido como uma derrota da Igreja. Exatamente por isso, embora minha posição em relação ao plebiscito seja de cautela, não tenho dúvida que estamos vivendo um momento privilegiado da longa e sinuosa trajetória da luta pela legalização do aborto no Brasil'.

Os contornos do debate em curso são, de algum modo, surpreendentes. Desde a apresentação, em setembro de 2005, do projeto de lei formulado pela Comissão Tripartite, vários/as especialistas analisavam o contexto brasileiro como sendo de franco retrocesso e previam que a passagem de Ratzinger pelo país poderia aprofundar essa tendência regressiva. Contudo, a cena política do momento não corresponde exatamente a essa previsão sombria. Margareth Arilha avalia que o ambiente democrático que hoje se respira no Brasil não permitirá que posições religiosas regressivas se cristalizem na sociedade após a visita do Papa. *“Marcas sempre ficam, mas elas não são indelévels. Esse é primeiro passo de um Pontificado duro e dogmático. Mas não será fácil para a Igreja impor sua visão monolítica em razão da existência de movimentos sociais favoráveis à legalização e do debate democrático que, como estamos vendo hoje, envolve e mobiliza muitos outros/as atores/atrizes relevantes como demonstra a posição lúcida do Ministro da Saúde’.*

Na sociedade contemporânea, a autonomia das pessoas se ampliou e, como vimos em artigo anterior, a Igreja Católica tem perdido fiéis. Contudo, nada sugere que Vaticano venha alterar suas posições ultraconservadoras em relação ao casamento, à orientação sexual, ao uso de preservativos e à Aids. Essas posições têm sido explicitadas em documentos oficiais – como Cartas aos Bispos ou Encíclicas dirigidas aos/às fiéis em todo o mundo – ou nos contextos de negociações diplomáticas globais. “*O campo dos direitos humanos tem sido afetado, em grande medida, pelas negociações comerciais. Democracias que buscam avançar na garantia de direitos sociais e no desenvolvimento humano de suas populações enfrentam a poderosa aliança conservadora entre o governo de George W. Bush, o Vaticano e os países islâmicos*”, observa Magaly Pazello, colaboradora da rede Alternativas de Desenvolvimento com as Mulheres para uma Nova Era (Dawn, na sigla em inglês). (Fonte: artigo “Interesses comerciais, políticos e religiosos no caminho dos direitos humanos” in [Observatório da Cidadania](#), 2004).

Isso ocorreu, por exemplo, em 2004, quando o Brasil iria reapresentar na Comissão de Direitos Humanos das Organizações das Nações Unidas (ONU) a resolução sobre direitos humanos e orientação sexual. Em 2003, quando a resolução foi inicialmente proposta, o texto foi fortemente atacado pela Organização da Conferência Islâmica (OIC, na sigla em inglês). No ano seguinte, quando teve início o trabalho da Comissão, o Brasil emitiu uma declaração pública informando que não iria mais apresentar a resolução, pois não “havia consenso suficiente para sua aprovação”. Nos bastidores, os países islâmicos tinham ameaçado boicotar a Cúpula de Comércio entre os países latino-americanos e o mundo árabe, programada para o final do mesmo ano. Embora a OIC fosse o principal ator por trás dessas pressões, o Vaticano estava estreitamente aliado aos países islâmicos e fez esforços na mesma direção.

Uma vez mais a intrincada relação entre direitos humanos, sexualidade e comércio pode vir à tona. Em entrevista ao jornal *Estado de São Paulo*, a embaixadora do Brasil no Vaticano, Vera Machado, informou que o Itamaraty está atuando no sentido de produzir uma declaração conjunta entre Lula e Bento XVI, apelando para a retomada e conclusão das negociações da OMC e pelo fim dos subsídios agrícolas adotados pela Europa e Estados Unidos. Mesmo que uma declaração nesses termos agradasse uma gama variada de setores da sociedade brasileira, não se deve perder de vista o risco de barganha que essa iniciativa diplomática conjunta pode implicar. Ou seja, o apoio do Papa à pauta brasileira no campo do comércio internacional pode significar retrocesso na posição do governo brasileiro em relação a temas como aborto, direitos humanos de pessoas LGBT e união civil.

“Infelizmente, as questões econômicas sempre têm um peso muito grande em qualquer negociação diplomática, mesmo quando se trata de direitos humanos. Mas o Brasil tem reafirmado sua intenção de ajudar na renegociação da resolução sobre orientação sexual, trabalhando o tema, inclusive no Mercosul. Por sua vez, o presidente Lula se comprometeu a manter uma posição nos fóruns internacionais de defesa da livre orientação sexual e identidade de gênero como direitos fundamentais da pessoa humana. É o que esperamos que aconteça”, avalia Beto de Jesus, secretário da Associação Internacional de Lésbicas e Gays (ILGA, na sigla em inglês) para a América Latina e Caribe. Em relação à OMC, o ativista acha cedo para saber se há algo por trás do encontro entre Lula e o Papa.

O amor “forte” e o amor “fraco”

Na encíclica *Deus Caritas Est* (Deus é amor), lançada em dezembro de 2005, na qual Bento XVI ressalta que o homem é incompleto e só será completo quando estiver em comunhão com o outro sexo. Sendo assim, o amor “certo” é aquele que se orienta em direção ao casamento e que está relacionado ao amor entre um homem e uma mulher, *“em contraposição ao amor indeterminado e ainda em fase de procura [...] superando assim o caráter egoísta que antes prevalecia. A imagem do Deus monoteísta corresponde o casamento monógamo. O casamento baseado em um amor exclusivo e definitivo se transforma no ícone da relação de Deus”*, afirma o Papa, na primeira parte do texto.

Para o antropólogo Sérgio Carrara, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ), a mensagem principal dessa primeira seção da encíclica é que o amor sexual só tem sentido, do ponto de vista católico, em um contexto de altruísmo. *“Só se pode ter prazer para constituir uma outra vida que vai demandar cuidados, o sexo aparece aí como um ato de doação altruísta”*, diz Carrara, que também coordena o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM).

A idéia desse amor altruísta e “forte” também fica clara no discurso de Bento XVI aos participantes da Assembléia Geral da Pontifícia Academia para a Vida, em fevereiro, no qual o Papa faz um apelo à “consciência cristã” em favor do “direito à vida”. *“É necessário percorrer um caminho que acompanhe as várias etapas da vida, abrindo a mente e o coração, a fim de que aceitem os deveres fundamentais sobre os quais está alicerçada a existência, tanto do indivíduo como da comunidade. Somente assim será possível levar os jovens a compreender os valores da vida, do amor, do matrimônio e da família. Só deste modo será possível levá-los a apreciar a beleza e a santidade do amor, a alegria e a responsabilidade de ser pais e colaboradores de Deus no ato de dar a vida”*, afirmou Ratzinger.

O discurso de Bento XVI traduz a milenar doutrina católica, que considera a reprodução um dom divino e a sexualidade o meio para alcançar essa finalidade

divina da reprodução. Além de fecundo, o “amor forte” é também o que garante aos/às filhos/as a possibilidade de crescer em uma família, que precisa ser indissolúvel. Daí a razão de, em seu segundo documento, *Sacramentum Caritatis* (Sacramento do Amor), Ratzinger colocar-se contra o divórcio, afirmando que o “segundo casamento é uma praga”. Outra vez, o amor não-reprodutivo é retratado como “fraco” porque não procria, não frutifica em termos de novas vidas trazidas ao mundo. Assim, somente o amor heterossexual poderia ser considerado “forte”, enquanto o amor homossexual seria o “amor fraco”, hedonista e egoísta. Muitos/as acreditam que estes pressupostos são a essência da crítica da Igreja em relação à homossexualidade.

Paradoxos eclesiais

“É freqüente o comentário de que, após o pedido de perdão de hereges, cismáticos/as e cientistas outrora perseguidos/as e excomungados/as, a Igreja Católica não tem mais inimigos/as no mundo senão os/as homossexuais”, observa o filósofo italiano Gianni Vattimo em recente texto, no qual faz uma análise da idéia do “amor forte” e “amor fraco”. Em contraste, a sexualidade que alimenta o vínculo conjugal entre homem e mulher é valorizada pela Igreja. Segundo Tommaso Besozzi, coordenador do Corsa, grupo de defesa dos direitos de homossexuais, de São Paulo, a questão é mais ampla, pois a crítica da Igreja à homossexualidade se inscreve dentro do discurso do catolicismo contra os excessos da era moderna. “A Igreja se sente ameaçada pela modernidade. Sua crítica é direcionada à busca pela satisfação imediata dos desejos e impulsos humanos que caracterizaria a era moderna. A reprodução não é central para entender por que o Vaticano se posiciona contra os/as homossexuais. Historicamente, a procriação não tinha importância na igreja primitiva, porque para eles o mundo ia acabar e desaparecer rapidamente. Santo Agostinho pregava que para ser um bom cristão a pessoa não deveria fazer sexo”, aponta Besozzi que, nos últimos 20 anos, viveu na Itália, Inglaterra, Bélgica e Estados Unidos e hoje discute temas de sexualidade, inclusive a homossexualidade, na paróquia da Igreja Anglicana que freqüenta.

Para Sérgio Carrara, no momento atual, o grande tema é a condenação moral à homossexualidade feita pela Igreja. *“A tese de que a crítica da Igreja Católica em relação à homossexualidade está ligada à procriação é cada vez menos sustentável dentro das próprias posições da Igreja, uma vez que, se levada ao pé da letra, a idéia de ‘amor fraco’ deveria repercutir sobre as relações heterossexuais inférteis, o que não acontece. Se a reprodução é a justificativa para o exercício da sexualidade, uma pessoa heterossexual estéril deveria ser abstinente, tanto quanto o homossexual. Mas até onde eu sei, a Igreja não condena a atividade sexual de heterossexuais estéreis”, observa. Ou seja, Carrara problematiza a idéia de que a condenação à homossexualidade decorra apenas da natureza não-reprodutiva da sexualidade. “O problema”, diz ele, “parece ser muito mais da ordem da homofobia e do heterossexismo do que do reprodutivismo”.*

Beto de Jesus estende um pouco mais essa mesma avaliação crítica. *“Quando diz que o amor entre pessoas do mesmo sexo é fraco e não vale, a Igreja está ajudando a articular o discurso do ódio e da violência contra os/as homossexuais. Essas exortações têm um nível de violência simbólica que pode se traduzir depois em violência homofóbica real”*. Tommaso Besozzi concorda: *“A questão central não é a procriação, e sim a homofobia, um preconceito que se arrasta há séculos”*, diz.

Antes mesmo de Ratzinger tornar-se Papa, pessoas LGBT de todo o mundo já lutavam contra a retórica conservadora e dogmática de seu antecessor. É importante lembrar, contudo, que durante o papado de João Paulo II, Ratzinger esteve à frente da Congregação para a Doutrina da Fé que, nesse período, o Vaticano lançou um catecismo de 676 páginas considerado o maior compêndio das diretrizes católicas já publicado desde o Concílio de Trento, de 1566. Na publicação, válida até os dias de hoje, um argumento central é de que, embora gays, lésbicas, travestis e transgêneros devam ser tratados com compaixão, estão obrigados/as à abstenção sexual.

Diferentemente das outras igrejas cristãs, em especial as pentecostais, a Igreja Católica não propõe a cura em relação ao desejo homossexual, mas acredita ser possível controlar o desejo sexual em geral e sustentar uma vida de abstinência. *“Ela parece assumir uma posição muito mais naturalista, colocando-se contra a atividade sexual e não ao desejo. Parece que se abstém de pensar a natureza desse desejo, ou considera que ele que é algo da ordem do imutável. Pode-se evitar a homossexualidade, mas não se pode erradicar o desejo”*, avalia Sergio Carrara.

Para ele, ao propor a abstinência sexual como “saída” para a homossexualidade, a Igreja Católica é paradoxal. *“A homossexualidade, desde que se mantenha como desejo, desde que não seja praticada, não é condenada pelo catolicismo. Essa posição é estranha em relação à própria tradição do catolicismo, uma vez que tradicionalmente a Igreja não considera apenas como pecado os atos, mas também certos pensamentos e os desejos. É o desejo que define a homossexualidade. Mas na ótica da Igreja, se você não pratica, mas continua desejando, você não peca, pois o desejo não é pecado por ser da ordem da natureza”*.

O plano de Deus e as uniões homossexuais

Embora não chegue ao extremo, como outras igrejas cristãs, de considerar a homossexualidade um mal para o qual deveria haver uma redenção, um milagre ou uma cura, a Igreja Católica também não a considera algo aceitável. Carrara enfatiza a ambivalência desta posição. *“É ambíguo. Você pode ser católico/a e comungar, contanto que seja abstinente. A impressão que tenho é que a Igreja vê a homossexualidade como uma doença, uma anomalia que não é tratável, um defeito congênito, cuja única possibilidade de salvação é o*

controle. Parece que, para eles, o/a homossexual é portador/a de uma natureza desviante que tem o dever de se manter abstinente para ser merecedor/a de compaixão”, critica Carrara.

“Os/as evangélicos/as falam em nome de um construtivismo moral. Eles situam a homossexualidade na esfera de algo que é apreendido, construído negativamente no interior de experiências traumáticas. Os/as católicos/as naturalizam a homossexualidade”, analisa o antropólogo Marcelo Natividade, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Porém, para Natividade, é preciso ponderar: “No catolicismo existem pessoas, movimentos e iniciativas que vão contrariamente aos ditames morais da Igreja. A pastoral da Aids, por exemplo, lida com questões da homossexualidade de forma mais aberta e flexível”.

Autora do livro [Sopa de Letrinhas](#), em que reconstitui a trajetória do movimento homossexual no Brasil, a antropóloga e doutoranda da Unicamp Regina Facchini acredita que o recrudescimento da visão da Igreja contrária à homossexualidade tem a ver com os embates na disputa por fiéis e com o crescimento de religiões evangélicas. *“A questão do controle da vida pessoal e da sexualidade das pessoas é algo fundamental para as religiões cristãs. Há uma disputa pelo mercado religioso, e nessa disputa a questão da sexualidade é um elemento fundamental. É lógico que existe uma discrepância entre o que se diz e o que se faz na prática, mas sempre há a obrigação de se dizer que é contra. Eles têm que se mostrar coerentes e dignos da adesão dos/as fiéis”.*

Embora estejam em campos opostos pela disputa de fiéis, as retóricas de católicos/as e evangélicos/as se alinham abertamente quando se trata de temas como a união civil de pessoas do mesmo sexo. Ao se colocar contra a união civil, o argumento central da igreja diz respeito à proteção à família. *“De alguma forma, os/as homossexuais são vistos/as como impuros/as que podem contaminar a sociedade. Os discursos religiosos que mais chamam a atenção são da ordem de acusações morais e da desqualificação das pessoas LGBT. Estas pessoas são tratadas como uma ameaça moral à família. O projeto de parceria civil nunca saiu do papel no Brasil porque os dogmas religiosos estão presentes. A gente percebe que os entraves são os valores religiosos”, aponta Marcelo Natividade.*

Outro exemplo da convergência ideológica entre católicos/as e evangélicos/as é ilustrado por reações fundamentalistas que têm ocorrido em relação ao projeto de lei de criminalização da homofobia (PLC 122/06), a ser votado no Senado brasileiro ainda este ano. Através de suas redes de televisão e rádio, grupos religiosos lançaram, às vésperas da visita do Papa, uma campanha pela não aprovação da lei: por meio do envio de e-mails, os/as fiéis pedem aos/as parlamentares que digam não à sua aprovação. O projeto está sendo chamado pelos/as conservadores/as de “mordaca gay”, pois dizem tratar-se de uma lei para cercear a liberdade religiosa, que homofobia é uma coisa que não existe e que os casos são divulgados por um “complô” gay para obter visibilidade.

Biologismo e naturezas imutáveis

O documento "Considerações sobre os projetos de reconhecimento legal das uniões entre pessoas homossexuais", publicado pela Congregação para a Doutrina da Fé tendo ainda Ratzinger como chefe, afirma: "*Nenhuma ideologia pode cancelar do espírito humano a certeza de que só existe matrimônio entre duas pessoas de sexo diferente [...] Assim se aperfeiçoam mutuamente para colaborar com Deus na geração e educação de novas vidas [...] Depois, o matrimônio é instituído pelo Criador como forma de vida em que se realiza aquela comunhão de pessoas que requer o exercício da faculdade sexual. Por fim, Deus quis dar à união do homem e da mulher uma participação especial na sua obra criadora. Por isso, abençoou o homem e a mulher com as palavras 'Sede fecundos e multiplicai-vos'. Não existe nenhum fundamento para equiparar ou estabelecer analogias, mesmo remotas, entre as uniões homossexuais e o plano de Deus sobre o matrimônio e a família*".

O fato de que, para a Igreja Católica, a maternidade é sagrada e natural, acaba condenando a mulher homossexual a arcar com outro estigma, além daquele que deriva da homossexualidade. Segundo Rosângela Castro, do Grupo de Mulheres Felipa de Souza, do Rio de Janeiro: "*As lésbicas muitas vezes deixam de procriar e de ser mantenedoras de famílias. Mas isto é uma questão de escolha, embora para a Igreja seja condenável. Qualquer mulher tem o direito de não procriar, independente da sua orientação sexual*", afirma. "*Como é que a Igreja pode falar e pensar sobre família se seus/as componentes não formam família? É uma instituição incoerente*", critica Marisa Fernandes, membro do Conselho de Direitos Humanos do Estado de São Paulo e coordenadora do Coletivo de Feministas Lésbicas.

Sergio Carrara concorda que a Igreja é incoerente: "*Na visão católica, a homossexualidade é ruim porque não é reprodutiva. Mas existem os casais heterossexuais que não são reprodutivos. Ela é ruim porque é um amor egoísta. Mas existem vários casais homossexuais que desejam adotar filhos/as e constituir famílias. Embora esses casais apelem para valores que a Igreja preza, ela ainda os rejeita, fundada em uma espécie de razão 'biológica'. Ao invés de estar preocupada com a propagação de seus valores, a Igreja simplesmente classifica aqueles/as que podem ascender a esses valores e aqueles/as que não podem. Por que o catolicismo faz tanta questão de se apoiar em laços biológicos e naturezas imutáveis para pensar a filiação e a parentalidade?*". Na sua visão, é como se a Igreja fechasse suas portas. "*É paradoxal porque em vez de se abrir, ela se fecha e, ao invés de pensar no amor no ponto de vista abstrato, que une pessoas, o amor proposto pela Igreja só pode unir um homem e uma mulher, como se a anatomia determinasse os valores e sentimentos, o que é estranho em se tratando de uma religião que está preocupada com valores transcendentais. Ela deveria estar defendendo o amor entre pessoas e ponto, já que ele é um elemento fundamental*", ressalta.

Carrara também chama a atenção para um fato que a Igreja desconsidera completamente e que tem se tornado cada vez mais evidente nas últimas décadas: que o amor homossexual é um amor que constrói laços sociais. Realizada nos últimos anos em paradas do Orgulho LGBT de grandes capitais, entre elas Rio de Janeiro, São Paulo e Buenos Aires, a pesquisa *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade* tem mostrado que os gays estão cada vez mais valorizando relações amorosas estáveis, derrubando o estereótipo da promiscuidade. Resultados obtidos na Parada do Orgulho do Rio de Janeiro, em 2004, dão conta de que um número significativo de participantes (25,7%) encontrava-se casado, 20,4% namorando e 14,2% afirmaram estar “ficando”. Embora 39,5% dos respondentes tenham declarado-se solteiros e sozinhos, a maioria (46%) deles revelou envolvimento em relações amorosas estáveis, o que ajuda a relativizar a imagem hegemônica do homossexual sozinho e promíscuo. (Fonte: relatório da pesquisa *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade* de 2004, CLAM/Cesec).

Sede abstinentes ou fiéis

Em relação às políticas de prevenção ao HIV/Aids, também a Igreja Católica tem contestado fortemente as políticas vigentes de distribuição de preservativos, insistindo que ao invés da promoção do uso de preservativos, o Estado deveria promover a abstinência sexual e fidelidade conjugal. “*Do ponto de vista médico e científico é uma insensatez. Do ponto de vista laico, é quase criminoso, principalmente quando se pensa na situação de vários países africanos*”, observa Sergio Carrara. “*Em relação à Aids, a Igreja deveria ser processada por sustentar esse discurso contra o uso de preservativos. Ela deveria ter o papel de educar e orientar seus/as fiéis, e não de proibi-los/as de coisas*”, aponta Keyla Simpson, presidente da Associação Nacional de Transgêneros (ANTRA), instituição que trabalha na promoção dos direitos de travestis e transexuais no Brasil.

Para Beto de Jesus, o discurso católico é anacrônico. “*Se não usássemos preservativo como a Igreja prega, a incidência de Aids seria absurda. As pessoas continuam fazendo sexo por prazer, a Igreja proibindo ou não*”, diz. Segundo ele, a Igreja deveria se debruçar sobre problemas internos, como a pedofilia e a violação de mulheres, por exemplo. “*Existem homens castrados afetiva e sexualmente dentro da Igreja, porque a sexualidade não é discutida. A pedofilia na Igreja está ligada a uma maneira de encarar a sexualidade de forma enviesada*”.

Em contraste, Tommaso Besozzi avalia que a proibição do uso de preservativos em tempo de Aids é coerente com a concepção da Igreja Católica quanto à morte: “*O objetivo da religião é salvar almas, não corpos. Nesta perspectiva, morrer de Aids não importa, o que importa é se o indivíduo chegou em um patamar espiritual mais elevado. Do ponto de vista religioso, a morte é uma libertação dessa vida terrena. Para o Vaticano, se você não quer morrer de Aids, não faça sexo, ou se for casado/a, seja fiel. O problema é que as relações*

monogâmicas existem, mas não são a maioria. Então, essa posição da Igreja é intransigente', analisa Besozzi.

Visita intencional

Apesar do recrudescimento das forças conservadoras no Brasil e no mundo, o cenário público brasileiro é muito favorável aos direitos humanos das pessoas LGBT. Pesquisas mostram que quase metade da população brasileira apóia a união civil entre duas pessoas do mesmo sexo, o país tem uma jurisprudência favorável aos direitos de pessoas LGBT, paradas do Orgulho LGBT acontecem em todo o país e há um projeto de criminalização da homofobia a ser votado no Senado. Em relação às políticas de controle e de prevenção da Aids, a despeito da oposição do Vaticano e da política conservadora de George W. Bush, o governo federal continua a incentivar o uso do preservativo junto à população e a distribuir os anti-retrovirais gratuitamente na rede pública de saúde. Acredita-se, no entanto, que a visita de Bento XVI possa ter impactos negativos.

"Essa visita tem uma intencionalidade: é refrear alguns avanços que a gente tem conseguido. Certamente isto vai estar pautado na reunião do Episcopado Latino-Americano e do Caribe que o Papa vai participar. A presença de Bento XVI vai reforçar o discurso contra o projeto de criminalização da homofobia", acredita Beto de Jesus. Para Marisa Fernandes, a visita de Bento XVI vai reacender o furor de fé nas pessoas e o conservadorismo vai se manter por um tempo. "O que a presença do Papa vai mostrar é que o rebanho católico existe no Brasil, dito o maior país católico do mundo, o que prova que esta Igreja é legitimada e conta com milhares de fiéis. Mas quantos/as desses/as fiéis só fazem sexo para procriar ou não fazem sexo? Nenhum/a deles/as. Então, a meu ver, ela não existe enquanto instituição espiritual. É uma instituição de poder político de Estado e de dinheiro", questiona. Para o sociólogo Flávio Pierucci, da Universidade de São Paulo (USP) "a Igreja quer recuperar uma esfera de poder que perdeu quando a esfera sexual deixou de ser a esfera do pecado".

Em sua primeira encíclica, *Deus Caritas Est* (Deus é amor), o Papa Bento XVI afirma que, embora a justiça social seja atribuição do Estado, a fé deve “iluminar” a política. No documento, Ratzinger reafirma os limites entre a atuação da Igreja e do Estado, dizendo que “*a Igreja não pode nem deve tomar em suas próprias mãos a batalha política para realizar a sociedade mais justa possível. Não pode nem deve colocar-se no lugar do Estado. Mas também não pode nem deve ficar à margem da luta pela justiça*”, afirma o Pontífice. O texto, por sua ambigüidade, tem dado margem a diferentes interpretações. Para uns/as, o recado do Papa é que não se deve confundir fé com política. Para muitos/as, porém, o que está por trás das declarações Papa pode ser uma ameaça às liberdades laicas.

“A pretensão da Igreja Católica, manifestada pelo Papa, de interferir nos assuntos de Estado para tentar impor a sua visão católica de mundo, fere o princípio da separação entre Estado e igrejas e deve ser rechaçada pelos/as agentes políticos/as do Estado. Aceitar essa interferência é preparar o terreno para um regime fundamentalista, como se tem visto em vários países que estão sob forte influência religiosa”, diz o juiz de Direito Roberto Arriada Lorea, do Tribunal de Justiça do estado do Rio Grande do Sul.

“O temor de cair na irrelevância na esfera pública, de um lado, e a crença na posse de uma moralidade superior, de outro lado, explicam, em parte, a afirmação do Pontífice de colocar a fé católica no privilegiado direito de ‘iluminar a política’”, avalia o sociólogo Ricardo Mariano, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

O receio é que Ratzinger coloque em prática sua intenção de “iluminar a política” durante sua visita ao Brasil. Corre a informação de que o presidente Lula estaria prestes a assinar um “acordo” com o Vaticano, o que aconteceria durante a passagem do Papa pelo país. Segundo esses rumores, por meio desse “acordo”, o Vaticano defenderia o direito canônico da Igreja de exercer a máxima influência em assuntos como os direitos reprodutivos e a biotecnociência (em relação à pesquisa com células-tronco e à clonagem). O assunto tem gerado inquietação e muitas reflexões, uma vez que, asseguram especialistas, tal iniciativa seria um desastre para a garantia das liberdades laicas e uma afronta aos princípios republicanos.

“Seria um grave erro político surpreender a nação com uma aliança, preparada sigilosamente, assegurando privilégios inconstitucionais a uma determinada Igreja. Significaria um atentado contra os princípios republicanos assegurados na Constituição Federal”, afirma Roberto Lorea. No plano jurídico, segundo Lorea, por ser inconstitucional, a aliança com a Santa Sé teria que ser derrubada no Supremo Tribunal Federal (STF) e, no plano político, o remédio

seria ainda mais amargo, pois atentar contra a República pode conduzir um presidente à perda do cargo. *“O presidente Lula, nessa hipótese, estaria colocando em risco seu mandato, ao atentar contra a Constituição e contra a cidadania dos brasileiros e brasileiras”*, afirma o juiz.

Fontes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no entanto, afirmam que na verdade o que estará em foco será a apresentação de um documento que a instituição levou dez anos para elaborar, em que pede ao governo que defina com clareza a situação jurídica e legal da Igreja no Brasil. Embora, com o advento da república, tenha havido a separação entre Estado e Igreja, nenhuma legislação foi estabelecida até hoje, como a vigente em vários outros países, entre eles Portugal. A socióloga Maria José Rosado, da organização Católicas pelo Direito de Decidir vê com bons olhos a idéia de uma legislação que defina a situação da Igreja no país. *“Isto significa adequar a situação de uma instituição religiosa dentro de um país democrático, laico”*, observa.

No entanto, na terça-feira, 8 de maio, véspera da chegada de Bento XVI ao país, a imprensa divulgou que, de fato, desde o ano passado o Vaticano e o Brasil vêm negociando o texto preliminar de um acordo que inclui aspectos relacionados a patrimônio, isenções fiscais e presença de missionários/as em terras indígenas. Mas este texto também se refere à educação religiosa, aborto, eutanásia, casamento entre pessoas do mesmo sexo e células-tronco. Segundo o jornal Folha de São Paulo, o Itamaraty (Ministério de Relações Exteriores) recomendou que o presidente não deveria assinar nenhum documento durante a visita. Já o jornal Estado de São Paulo vai um pouco mais longe na sua interpretação afirmando que *“o governo ainda teme que o acordo poderia ser, no futuro, interpretado como uma forma de dificultar mudanças nas leis do aborto, já que deixaria claro que o Estado brasileiro e o Vaticano compartilham dos mesmos valores.”* Além disso, algumas análises sugerem que essa posição também se explica pelo temor de que as forças evangélicas se mobilizem rapidamente para obter um acordo equivalente para suas igrejas.

Fronteiras borradas

A socióloga Maria Betânia Ávila, coordenadora do SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, avalia que na prática a tentativa da “fé iluminar a política” está em curso. *“A visita de Bento XVI serve como uma forma de pressão sobre o Estado. Quando se observa como os setores conservadores se manifestam, a visita aparece como um momento em que se presta conta ao Vaticano de que o país está seguindo os preceitos da Igreja. O fato de a Igreja se posicionar o tempo todo contra a legalização do aborto é outro sinal disso. Ao restringir o âmbito dos princípios democráticos – impedindo que leis favoráveis aos homossexuais sejam promulgadas, por exemplo – eles tentam diminuir o exercício da liberdade que o Estado laico deve garantir e assegurar”*.

A falta de definição no que diz respeito às fronteiras entre Estado e religião

pode ser também observada em relação aos recursos que têm sido investidos na visita do Papa. O Estado de São Paulo vai gastar mais do que a Igreja Católica com a visita de Ratzinger à capital paulista. A Arquidiocese de São Paulo estima usar R\$ 1,5 milhão, que serão honrados com a ajuda de fiéis e de empresas. O valor é inferior aos R\$ 2,4 milhões que o Estado e a prefeitura de São Paulo pretendem empregar no evento, embora o artigo 19 da Constituição Federal expressamente proíba o Estado de subvencionar cultos religiosos de qualquer igreja. Aliás, não deve haver falta de recursos na Igreja porque “os/as brasileiros/as despendem cerca de R\$ 5,1 bilhões por ano em dízimos ou outros tipos de doações para igrejas e orfanatos. A estimativa foi feita pelo economista Marcelo Neri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas” (Fonte: Agência Estado, [Jornal do Comércio](#), 4 de maio de 2007).

“O interesse público estatal, em matéria de religião, está em assegurar a liberdade de consciência e de crença, conforme disposto no artigo 5, inciso VI, da Constituição Federal, o que não se confunde com promover a religiosidade, situação que violaria o artigo 19, inciso I, que veda ao Estado brasileiro subvencionar cultos ou manter relação de dependência ou aliança com qualquer igreja”, aponta Roberto Lorea, coordenador do Seminário Internacional [Liberdades Laicas](#), evento ocorrido nas cidades de Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e São Paulo (SP) na semana da chegada do Papa. Segundo informações publicadas nos principais jornais do país, Igreja e Estado, juntos, vão disponibilizar R\$ 3,9 milhões para a visita de Ratzinger.

Para Maria Betânia Ávila, o problema não é a vinda do Papa, mas como ela está sendo instrumentalizada no Brasil. *“A viagem dele é, na verdade, importante para os/as católicos/as, mas a pressão é para que seja algo importante para a sociedade como um todo. Fala-se da vinda do Papa como se no país não existissem outras religiões. A estratégia de comunicação utilizada visa firmar a hegemonia católica”.*

As barganhas entre Estado e Igreja

Todos esses privilégios garantidos à Igreja Católica, aliado ao seu acentuado grau de influência em determinadas decisões do Estado – especialmente aquelas relativas aos direitos sexuais e reprodutivos – têm levado muitos/as a questionar se o processo de secularização estaria plenamente estabelecido no Brasil, tendo em vista a interferência dos valores religiosos no campo político nacional, apesar de a separação entre as igrejas e o Estado estar assegurada na Constituição desde 1890. *“O que percebemos é que a Igreja tem atuado no campo político tentando penetrar e influenciar no Estado, e o Estado, por sua vez, faz um uso constante da instituição religiosa. A despeito de todo o esforço liberal e republicano, Estado e igreja são instituições que têm, historicamente, se reforçado. O Estado pode assumir a natureza laica, mas tem se mostrado sensível às igrejas e ao discurso religioso”,* analisa a socióloga Maria das Dores Machado, professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A trajetória do projeto de lei 1135/91 de descriminalização do aborto é um bom exemplo de como e o quanto o Estado muitas vezes cede ao apelo religioso. Em 2006, finalizados os trabalhos da Comissão Tripartite – criada pelo Governo Federal no ano anterior para revisar a restritiva legislação do aborto no país –, o PL 1135 foi encaminhado ao Congresso Nacional. Caberia então ao presidente Lula acolher o resultado dos trabalhos e tomar à frente nesse processo. O problema é que, concomitantemente à finalização dos trabalhos da Comissão, começaram a surgir as primeiras denúncias de um enorme esquema de corrupção nos altos escalões do governo – o qual ficou conhecido como “escândalo do mensalão”. Acuado diante das notícias de corrupção no seu governo, o presidente Lula negociou o apoio da Igreja Católica ao seu mandato, chegando a escrever uma carta à CNBB, afirmando que não faria nada que fosse contrário à fé cristã que recebeu de sua mãe.

“Ao oferecer, em troca do apoio da Igreja, a não remessa ao Congresso Nacional do projeto de descriminalização do aborto, o presidente parece ter se esquecido que não foi eleito para governar para católicos/as ou cristãos/as, mas sim para todos/as os/as cidadãos/as brasileiros/as, independentemente de suas crenças ou não crenças”, critica Roberto Lorea.

O projeto acabou sendo encaminhado, mas, sem o apoio do presidente da República, ficou vulnerável ao ataque de grupos religiosos fundamentalistas e teve sua tramitação prejudicada. *“Nesse caso, o presidente buscou se legitimar no poder através da Igreja, num gesto desesperado que o deixou vulnerável aos interesses de determinado grupo religioso em detrimento dos interesses do povo que o conduziu ao poder”, salienta o juiz.*

Porém, um dia antes da chegada de Ratzinger, o presidente Lula fez uma declaração em que busca se redimir. Em entrevista a 154 emissoras de rádios católicas, afirmou que embora ele próprio seja contrário à interrupção voluntária da gravidez, o Estado não pode ficar alheio ao problema do aborto, uma questão de saúde pública. Trechos das declarações do presidente: *“Eu tenho a posição de pai e de marido, e de cidadão, e tenho um comportamento de presidente da República. São duas coisas totalmente distintas. Primeiro, eu tenho dito, na minha vida política, que sou contra o aborto [...] E tenho dito publicamente que não acredito que ninguém faça aborto por opção ou por prazer. É importante que a gente saiba dimensionar quando uma jovem desesperada, numa gravidez indesejada, corre à procura de um aborto”* (Fonte: [Folha de São Paulo](#)).

O contexto internacional

Vale lembrar, em outros países da região a Igreja Católica também busca influenciar diretamente os/as agentes políticos/as do Estado. Entretanto, nem sempre essa pressão traz os resultados esperados pela hierarquia, sendo disso uma ilustração flagrante o que aconteceu no México na última semana de abril

de 2007. Dias antes da votação do projeto de lei que legaliza o aborto na Cidade do México – o qual foi aprovado no dia 25 de abril por 46 votos a favor e 19 contra –, o Papa Bento XVI havia enviado uma carta aberta aos bispos mexicanos apelando para que impedissem a reforma legal. A carta foi interpretada por parlamentares de vários partidos como grave desrespeito ao artigo 113 da Constituição Mexicana, que define a separação entre Estado e Igreja. A Secretaria de Governo pediu maior comedimento à hierarquia católica. Isso se explica, em grande medida, pelo lastro histórico dos princípios de secularidade, pois na região, México e Uruguai são considerados os países em que sistema político é fortemente inspirado no laicismo francês que estabelece fronteiras muito mais nítidas entre religião e Estado¹. Em contraste, o caso nicaraguense é um bom exemplo da grande susceptibilidade do Estado às pressões da Igreja. Em outubro de 2006, por pressão da Igreja e com o apoio de Daniel Ortega, a Assembléia Nacional do país banuiu a cláusula que permitia o aborto no caso de risco de vida, que constava do Código Penal desde o século XIX.

Finalmente, é preciso sublinhar que hoje o debate sobre secularismo e laicismo não é peculiar à América Latina. É, sem dúvida, um tema candente nos Estados Unidos onde após a eleição de George Bush, a moral conservadora cristã contaminou profundamente as legislações e políticas públicas. Mas está presente em muito outros contextos como é o caso da Índia onde os quatro anos de governo do BJP, o partido hindu, levantaram muitas interrogações sobre os limites do secularismo definido pela Constituição. E, nesse momento, na Turquia, uma multidão de no mínimo 300 mil pessoas saiu às ruas de Istambul, na semana passada, para protestar contra o suposto plano do atual governo de transformar o país em um Estado islâmico, através da indicação à presidência de um candidato do partido muçulmano, em lugar de reservar o cargo a um representante de um partido laico. Muito embora, como analisa a feminista turca Pinar Ilkarakkan, as leis estabelecidas pelo Estado secular turco não possam ser consideradas como liberais no que diz respeito à sexualidade, essa ampla manifestação pública pode e deve ser considerada como um sintoma marcante dos tempos em que vivemos.

As novas declarações de Lula sobre aborto, expressadas às vésperas da visita do Papa, sugerem que o presidente brasileiro – talvez estimulado pelo posicionamento do ministro da Saúde, José Gomes Temporão ou pelos termos do debate mexicano – está ajustando seu discurso à modernidade e laicidade que caracterizam o debate público sobre esse e outros temas no país e em muitos outros pontos do planeta.

Ensino religioso versus liberdade de crença

¹Contudo, no caso do Uruguai, o forte apego ao laicismo não impediu, por exemplo, que desde 2004 quando foi eleito o presidente Tabaré Vasquez tenha se manifestado totalmente contrário à reapresentação do projeto de lei para saúde sexual e reprodutiva, que inclui a legalização do aborto até 12 semanas de gestação.

Seja como for a passagem do Papa pelo país exige muita atenção, por que como ressalta a advogada e mestre em bioética Miriam Ventura: *“O Estado brasileiro é laico, mas é uma laicidade um tanto fragilizada, pois admite muitos pontos de contato entre o Estado e as instituições religiosas. Para garantir a expressão de todas as religiões, não podemos ter uma religião oficial, e sim reconhecer esse pluralismo”*. Segundo Miriam, um desses pontos de contato é o ensino religioso nas escolas públicas. A Constituição prevê o ensino religioso como disciplina em horário normal das escolas públicas de ensino fundamental, porém com matrícula facultativa. Cabe aos Estados e municípios regulamentarem os procedimentos para definir o conteúdo. No estado do Rio de Janeiro, uma lei elaborada por um deputado católico instituiu, em 2000, o modelo de ensino religioso confessional, segundo o qual a disciplina é oferecida dividida em confissões diferentes (católica, evangélica, outras).

Uma ação de inconstitucionalidade da lei foi proposta, sustentando que o ensino religioso autorizado pela Constituição Federal não era de caráter confessional, mas sim, interconfessional, considerando que sendo o Brasil um Estado laico, a única forma de se garantir o ensino religioso no âmbito do Estado é através de um espaço interconfessional onde a tolerância e o respeito às múltiplas idéias religiosas possam ser garantidos. A ação sustentava, ainda, que o ensino confessional poderia trazer proselitismo e sectarismo. A decisão do Tribunal de Justiça do estado foi, contudo, desfavorável, argumentando que a única forma de se garantir a liberdade religiosa é através do ensino confessional, pois considerando a diversidade de princípios básicos e dogmas de cada religião, uma disciplina que buscasse contemplar a todas, poderia, ao contrário do pretendido, estimular conflitos e questionar os dogmas religiosos, ferindo, assim, a liberdade de crença. A então governadora do Rio, Rosinha Matheus, abriu concurso público com 352 vagas para a religião católica, 176 para religiões de denominações evangélicas e 30 vagas para outras religiões.

Autor do livro *Ensino religioso no Estado do Rio de Janeiro – registros e controvérsias*, em parceria com Sandra de Sá Carneiro, o antropólogo Emerson Giumbelli, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) considera fundamental reabrir o debate. *“O ensino religioso permaneceu na Constituição de 1988 por força de uma campanha basicamente católica. Mas nos cabe refletir se a religião deve ou precisa estar presente na escola. Como proporcionar garantias efetivas ao pluralismo? O tema do ensino religioso é mais uma das esferas em que se percebe como a Igreja se articula com as deliberações estatais”*, questiona o antropólogo.

“A educação religiosa nas escolas públicas é uma afronta ao Estado laico, que não pode nunca ser permeado por uma doutrina religiosa e tampouco ser financiada pelo próprio Estado”, ressalta o médico sanitário Sergio Rego, coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola Nacional de Saúde Pública. Rego lembra dos tempos em que a formação de médicos era feita por religiosos e para religiosos nos séculos XV e XVI e o quanto isso influenciou negativamente as escolas de medicina. Até o final do século XIX, uma norma da

Faculdade Nacional de Medicina proibia monografias de conclusão de curso que contrariassem temas relativos à doutrina católica, como por exemplo, a existência de alma. *“A prática da área da saúde ainda encontra-se de uma maneira geral impregnada de conceitos e princípios religiosos. Há ainda pouca reflexão sobre as questões morais. Os médicos seguem o que acreditam ser um código de ética e têm pouca prática de discutir essas questões”*, observa Rego.

Ainda em relação à educação religiosa, recentemente a Câmara de Vereadores de Entre-Ijuís, uma pequena cidade do estado do Rio Grande do Sul, aprovou uma lei que impunha a leitura da bíblia nas escolas municipais. *“Tratava-se na verdade de impor uma determinada convicção religiosa, violando-se a liberdade dessas crianças. Imaginemos uma criança, cuja família professe uma determinada crença religiosa, ser obrigada a ler um o livro sagrado de outra religião na sala de aula. É uma prática fundamentalista que avilta a cidadania. Seria laico admitir que se impusesse a todas as crianças a leitura de um determinado livro religioso?”*, questiona Roberto Lorea. *“Evidentemente essa imposição viola o artigo 5, inciso VI, da Constituição, pois ninguém pode sofrer coação estatal em matéria religiosa. Viola também o artigo 19, inciso I, pois estabelece uma aliança entre o Estado e uma determinada igreja, no caso a católica romana”*.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, por unanimidade, declarou a lei inconstitucional. *“O cerne da questão está em aceitar que nas democracias modernas a adesão religiosa a uma determinada crença é, necessariamente, voluntária, e não cabe ao Estado intervir, senão para assegurar as liberdades laicas”*, salienta Lorea.

Os crucifixos nas escolas e tribunais: Brasil, um país católico?

Roberto Lorea recentemente levantou um debate sobre a presença de símbolos religiosos em locais públicos, como escolas e tribunais, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF), onde se vê um crucifixo instalado acima dos símbolos da República.

“A Igreja Católica, após ter sido a religião oficial durante todo o período da monarquia, obviamente tem dificuldade em se afastar do poder e dos privilégios a que estava acostumada. A presença de símbolos religiosos nos prédios públicos é resquício daquele período. Aos poucos vamos adquirindo a consciência de que esses símbolos religiosos devem agora – no regime democrático – migrar para os museus, pois fazem parte de nosso passado. Sua manutenção (e mesmo sua instalação em prédios novos) é um anacronismo, que mantém o Estado atrelado a uma determinada igreja, violando diversos princípios constitucionais”, argumenta o juiz.

Segundo Lorea, a laicidade do Estado pode e deve ser defendida por qualquer cidadão, assim como fez o engenheiro paulista Daniel Sottomayor que, em janeiro de 2006, lançou a campanha [Brasil para Todos](#). A iniciativa visa a

democratização dos espaços e dos serviços públicos brasileiros, incentivando a entrada de petições no Conselho Nacional de Justiça e representações no Ministério Público para a retirada de símbolos religiosos nesses espaços. *“Algumas já foram julgadas, todas negativamente, por enquanto. Um dos promotores de justiça nos respondeu que não poderia deferir o caso porque se não, amanhã, íamos querer implodir o Cristo Redentor”*, conta Sottomayor. *“Felizmente, nem todos os promotores têm essa visão, e o Ministério Público tem sido uma boa via. Ano passado, um indivíduo entrou com uma representação contra a exposição de um crucifixo no Hospital Universitário da Universidade de São Paulo. O Ministério Público atendeu e o crucifixo foi retirado”*.

“Bancada evangélica”: a religião no coração da política

Para o antropólogo Sérgio Carrara, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), a discussão não diz respeito apenas à retirada de um simples objeto ou adorno dos tribunais. *“O que está em jogo é um dos mais caros princípios das democracias modernas, segundo o qual os planos religioso e político-jurídico devem permanecer paralelos e independentes, como esferas que se olham sem se tocarem. Essa discussão põe a nu o fato de a República brasileira estar longe de ter fundado um Estado verdadeiramente laico. À sombra dessa cruz ocultam-se diversos outros problemas relacionados à inexistência de fronteiras claras entre essas esferas, como o direito ao aborto e à parceria civil de pessoas do mesmo sexo”*, observa.

“A idéia de um Estado laico supõe uma separação entre a religião e o secular. Mas quando há a possibilidade de os religiosos ocuparem cargos políticos, há uma reinserção dos valores religiosos na política”, analisa Marcelo Natividade, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). Natividade é um dos coordenadores da pesquisa *“A influência dos valores religiosos na proposição e tramitação de projetos de lei”*, cuja proposta é fazer um levantamento dos projetos relativos aos direitos sexuais e reprodutivos e ao uso do corpo que estão em tramitação ou arquivados na Câmara Federal e nas Assembleias Legislativas dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O estudo prioriza quatro áreas temáticas: aborto, orientação sexual, planejamento familiar e eutanásia. Em seu último pronunciamento sobre esses temas, o Vaticano disse, na segunda-feira, 23 de abril, que *“o casamento homossexual é um mal, e que o aborto e a eutanásia são formas de terrorismo com face humana”*.

A despeito da posição do Vaticano e de outros setores conservadores, na Câmara Federal brasileira tramitam atualmente 87 projetos de lei que apresentam o aborto como tema e 53 relativos à homossexualidade e à orientação sexual, boa parte dos quais enfrenta forte oposição religiosa da chamada “bancada evangélica” – composta, nesta legislatura, por 37 deputados, e na legislatura passada por 60 deputados. *“O problema é que,*

quando o projeto ganha projeção e toma o debate público, os discursos de evangélicos e católicos se alinham. Uma das estratégias de oposição é pedir emendas e acertos, só para tirar da pauta o tal projeto de lei”, diz Natividade.

Um exemplo a ser citado, segundo ele, é o Projeto de Lei da Parceria Civil (PL 1151/1995), que tramita na Câmara há mais de uma década, e é um dos mais rechaçados, tanto por católicos quanto por evangélicos. Nas eleições para governador do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, o senador e pastor evangélico Marcelo Crivella, derrotado no primeiro turno, negociou o seu apoio, no segundo turno, ao candidato Sérgio Cabral, sob a condição de que este retirasse do Congresso Nacional o projeto de lei que regulariza as uniões entre pessoas do mesmo sexo. Criticado, Crivella justificou sob o argumento de que o tema é um dogma tanto para católicos quanto para evangélicos. *“Assim estaríamos diante de um cartel religioso”*, destaca Roberto Lorea.

Segundo Marcelo Natividade, outra estratégia comum na Câmara é a proposição de um projeto conservador em contraposição a um outro projeto que contemple demandas LGBT. *“Em contrapartida ao PL 379/2003, que propõe a instituição do Dia Nacional do Orgulho Gay, a bancada evangélica lançou o PL 2279/2003, que busca tornar contravenção penal o beijo ‘lascivo’ de pessoas do mesmo sexo em público”*, exemplifica o pesquisador. *“Os debates e as tentativas de interferência e obstrução junto aos parlamentares, no Judiciário e no Poder Executivo, têm demonstrado a força das instituições religiosas junto aos poderes do Estado, nos instigando a uma profunda reflexão sobre como garantir as liberdades religiosas como parte da tradição democrática e manter a absoluta separação entre Estado e igrejas, ou melhor, manter o Estado laico”*, avalia Miriam Ventura.

Para Roberto Lorea, a vinda do Papa ao Brasil não deve ser vista como uma ameaça mas sim como uma oportunidade para aferir e monitorar o comprometimento dos agentes políticos com as políticas públicas do Governo Federal. *“Ações importantes, como o Programa Nacional de Combate à AIDS, o Educando para a Igualdade, o Brasil sem Homofobia e o Programa de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência Sexual representam a nossa identidade em termos de cidadania sexual. Espero que nossos políticos reajam a qualquer discurso religioso homofóbico, ou atentatório aos direitos humanos das mulheres, que afronte nossa cidadania”*.

Embora a Igreja Católica se oponha radicalmente ao sexo antes do casamento e ao uso do preservativo e de outros métodos contraceptivos – como a pílula –, os jovens católicos brasileiros, incluindo aqueles com os quais o Papa Bento XVI se reuniu em São Paulo, na quinta-feira, 10 de maio, não pensam exatamente assim. A recém-lançada pesquisa *Pensamento da juventude católica sobre sexualidade, reprodução e Estado laico*, encomendada pela organização Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) ao Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope) informa que 95% dos 1.268 jovens católicos entrevistados em 315 municípios do país responderam concordar com o uso da camisinha para evitar gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), 88% disseram não ver qualquer discrepância entre usar métodos contraceptivos e ser um bom católico e 79% discordaram da afirmação “as pessoas só devem ter relações sexuais após o casamento”. Ainda de acordo com o estudo, 72% desses jovens consideram atrasada a posição da Igreja Católica de condenar o uso do preservativo.

“A religião perdeu oficialmente a capacidade de gerir a vida terrena desde o início da modernidade, com a instauração de uma ordem pública laica. A permanência de uma obediência aos preceitos religiosos no tocante ao etos privado sempre foi vista como um resíduo incômodo do tradicionalismo. Na verdade, todo sistema religioso deve definir um etos privado, que engloba a vida afetiva, conjugal, reprodutiva e erótica dos sujeitos. Os cidadãos podem, portanto, não só aderir ou pertencer ao culto que escolheram, como obedecer ou não a seus preceitos”, analisa o antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte, professor do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). *“Além do mais, existem certos valores em nossa cultura contemporânea, como a liberdade individual e a conformidade às regras da natureza, que parecem deter um valor sagrado acima das próprias regras religiosas – autorizando, portanto, interpretações, afastamentos e conversões coerentes com esses valores, e contraditórios com os que são defendidos pelas religiões”.*

“A pesquisa mostra que uma coisa é o que a hierarquia da Igreja diz, baseada em sua tradição, e outra é o cotidiano das pessoas que buscam possibilidades diversas de vivenciar a sexualidade, preservando a saúde e controlando a fertilidade de uma forma prazerosa. Há católicos que se separam e casam novamente que continuam participando da igreja, mesmo o Vaticano sendo contra o divórcio”, ressalta a socióloga Dulce Xavier, das Católicas pelo Direito de Decidir.

As exortações e os depoimentos elaborados por Bento XVI deixam claro que o Papa sabe que, no Brasil, ovelhas não são tão obedientes aos ditames do catolicismo, até mesmo porque a Igreja monitora essas tendências e possui poderosos canais internos de comunicação. Mas esses mesmos

pronunciamentos indicam que, mesmo em tais circunstâncias, Ratzinger se pauta por diretrizes que visam tornar a Igreja um bastião frente ao que ele considera ser a maior fraqueza da sociedade contemporânea: o relativismo.

"Muitas religiões incorporam diferentes aspectos dos valores modernos, tornando menos nítidas as fronteiras entre a lógica de uma liberdade laica e a lógica de uma religiosidade repressiva. No caso da Igreja Católica, a mera existência de tensões internas a esse respeito também aponta para uma relatividade de preceitos", observa Luiz Fernando. Já para a socióloga Maria José Rosado, também das Católicas pelo Direito de Decidir, o problema é a dificuldade da Igreja em lidar com a modernidade e com o conceito de direitos. *"O catolicismo tem um etos antimoderno e antiliberal forte. Direitos dizem respeito à democracia, às liberdades individuais, à autonomia de decisão e às conquistas liberais modernas, o oposto do ideário católico, que tem uma resistência à democracia, à autonomia individual e à liberdade democrática".*

Militante nos movimentos católicos desde 1950 e autor do recém-lançado livro *Do Vaticano II a um novo Concílio? Olhar de um cristão leigo sobre a Igreja*, o sociólogo Luiz Alberto Gomes de Souza, diretor do programa de Ciência e Religião da Universidade Cândido Mendes (UCAM), no Rio de Janeiro, avalia que a Igreja não dialoga com a modernidade. *"Falta um diálogo no que diz respeito à reprodução, à sexualidade, à biociência e com outros grandes avanços da humanidade. Tudo avança, tudo caminha. Acho que temas como o celibato obrigatório, o sacerdócio das mulheres e a sexualidade são questões congeladas. Não podemos nos autocensurar e fechar o debate".* Mas, de fato, os pronunciamentos do Papa Bento XVI e o forte investimento do Vaticano contra os direitos sexuais e reprodutivos nos diz que, pelo menos por enquanto, não há a intenção da Santa Sé em descongelar esses temas. *"As justificativas de determinadas posições da Igreja Católica por parte do atual papado estão apoiadas numa leitura muito ao pé da letra do texto bíblico, o que não o torna tão diferente dos chamados fundamentalistas",* salienta o antropólogo Otávio Velho, professor emérito do Museu Nacional.

Em seu discurso aos participantes na Assembléia da Pontifícia Academia para a Vida, em que faz um apelo à consciência cristã e explicita sua preocupação com a moral dos jovens, o Papa afirma *"ser necessário percorrer um caminho que acompanhe as várias etapas da vida, abrindo a mente e o coração, a fim de que aceitem os deveres fundamentais sobre os quais está alicerçada a existência, tanto do indivíduo como da comunidade. Somente assim será possível levar os jovens a compreender os valores da vida, do amor, do matrimônio e da família. Só deste modo será possível leva-los a apreciar a beleza e a santidade do amor, a alegria e a responsabilidade de ser pais e colaboradores de Deus no ato de dar a vida".* Essa perspectiva passa ao largo da liberdade de pensamento que orienta a conduta dos jovens brasileiros – incluindo os católicos – para se afastar dos ensinamentos da Igreja no que diz respeito à sua sexualidade e a outras questões. Essa distância captada pela pesquisas do CDD é confirmada por outros estudos.

Para Luiz Alberto Gomes de Souza, *"o direito natural tem uma série de princípios fundamentados no 'fazer o bem e evitar o mal', então a humanidade vai crescendo em consciência de que certas coisas não se pode fazer. A partir daí, pode-se construir uma ética consensual num momento histórico da humanidade, e que vai mudando com a história"*. Essa perspectiva é compartilhada por outros pensadores e analistas, mesmo quando seu ponto de vista se situa em outros campos disciplinares. O psicanalista Jurandir Freire Costa, professor do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), afirma que a ética, enquanto conduta de vida reta e justa, pode ter vários fundamentos ou justificações, sendo uma delas a tradição religiosa ou espiritualista. *"Mas é perfeitamente possível ao sujeito agir eticamente no interior de uma visão de mundo leiga"*. Da mesma forma o filósofo e poeta Antonio Cícero considera que: *"O ser humano sabe que determinadas coisas são erradas porque é capaz de se colocar no lugar do outro e de colocar o outro no seu lugar. Quem faz uma coisa errada sabe que rompe um pacto tácito estabelecido com os outros seres humanos. Não é preciso religião para ensinar isso. A ética exposta por Kant, por exemplo, não é religiosa. As religiões não fazem senão – na melhor das hipóteses – espelhar os princípios e a regras que os homens elaboraram para poderem melhor conviver em sociedade. A prova disso é que, embora muitos dos princípios e regras que os homens se impõem não sejam espelhados pela religião, eles são, no entanto, respeitados"*.

O bem e o mal, o paraíso e inferno

A socióloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro Maria das Dores Machado afirma que as pessoas, quando escolhem pertencer a uma igreja, estão em busca de parâmetros de conduta. *"Nesse sentido, não se pode negar que as pessoas, diante de uma crise do que é certo ou o que é errado, busquem encontrar uma âncora ou uma orientação. Trata-se, portanto, de uma busca de controle, você vai para uma igreja porque quer ser controlado"*. Assim não surpreende que na própria sociedade muitas pessoas consideram que a religião também é necessária como freio para os impulsos criminosos de grande parte da humanidade ou para os desvios de conduta, especialmente no campo da sexualidade que continua sendo pensada em termos morais e não na perspectiva da liberdade individual. *"Para lidar com isso, achou-se necessário inventar o inferno. A existência do inferno seria uma 'pia fraus', uma 'mentira santa'. Isso nada tem a ver com moral. Ao contrário, trata-se de uma fraude, de uma mentira, de uma imoralidade com finalidades repressivas. Como poderia estar uma imoralidade na base da moral?"*, questiona Antonio Cícero.

Para pesquisador em bioética Fermin Roland Schramm, da Escola Nacional de Saúde Pública: *"A modernidade assusta a Igreja Católica porque se os indivíduos passarem a não acreditar mais no culto do paraíso e do inferno, que é uma maneira de controlar o comportamento das pessoas, ela irá perder o poder. Ética e religião devem ser concebidas como dois campos separados."*

Quando a Santa Sé chama aqueles que são a favor do aborto, das pesquisas com células-tronco e os casais gays de terroristas, são considerados terroristas porque de fato não aceitam o princípio de autoridade, e quando existe um princípio de autoridade absoluto não há ética porque a ética implica sempre uma escolha. E quando não há opções e o indivíduo tem que obedecer, não existe ética. Uma vez que a modernidade implica na valorização do indivíduo e na sua capacidade de distinguir o bem e o mal de acordo com a sua competência cognitiva e moral, penso que a modernidade ampliou o leque de possibilidades do ser humano sair do estágio estigmatizado por Nietzsche como demasiado humano".

Embora falando a partir de um outro lugar, as reflexões de Luiz Alberto Gomes de Souza vão na mesma direção: *"A ética está referenciada em grandes princípios e a moral é a concretização desses princípios éticos na história. A moral são as regras de vida, as quais se transformam. Não há uma moral fixa. A moral do século XIII não é a mesma do século XX".* É preciso lembrar também que outras tradições religiosas não pautam suas orientações morais pela contraposição binária entre bem e mal, nem tampouco exercem sua autoridade por meio de um imaginário de punição ou castigo. Por exemplo, nas religiões afro-brasileiras, como o candomblé e a umbanda, o certo ou o errado é estabelecido a partir de um diálogo constante do sujeito com as divindades e as próprias divindades não são concebidas como ícones perfeitos do bem ou do mal: *"O grande problema das grandes religiões monoteístas que se dizem 'éticas' é que, se por um lado, elas organizam e criam balizas para o comportamento e a moral dos indivíduos, por outro lado, elas podem muito facilmente se tornar intolerantes. Uma coisa é a demanda dos seres humanos por sentido, outra é o que as instituições fazem com essa necessidade das pessoas de darem um sentido às suas vidas",* assinala Maria das Dores Machado.

O jornalista e escritor Roberto Pompeu de Toledo, colunista da revista semanal *Veja*, defende a ética como um imperativo da vida em sociedade, tenha-se ou não religião. *"É muito irritante a tendência das religiões de considerarem que têm o monopólio da ética e da moral. Ou, mais ainda de tentarem se confundir com a ética e a moral. Que ética tem uma religião que manda matar, como fez o catolicismo na Inquisição ou faz o islamismo com as fatwas, como a que condenou o escritor Salman Rushdie?",* questiona. Segundo Roland Schramm, é impossível articular ética e visão religiosa a não ser que esta não dependa de princípios fundamentais inquestionáveis. *"As grandes religiões monoteístas partem de um princípio único, do qual se derivam todos os outros princípios, como o princípio da sacralidade da vida, defendido por pessoas como Ratzinger, que condenam todas as posições éticas que não admitem como a priori o princípio da sacralidade da vida".*

"O catolicismo alega defender a vida, mas a verdade é que a vida que realmente importa para a Igreja não é esta vida, mas sim a 'outra', isto é, a 'eterna', a que vem depois da morte, isto é, a própria morte. Os prazeres terrenos não valem por si e estão muito próximos do pecado, pois afastam o

ser humano do celeste e do eterno”, observa Antonio Cícero, recorrendo à famosa citação de São Bernardo: “Quem quer o celeste não gosta do terrestre; quem anseia pelo eterno despreza o transitório”. Para o filósofo, “não é por um respeito absoluto pela vida terrena que a Igreja Católica condena o aborto, mas, em primeiro lugar, porque o prazer sexual não tem, para ela, sua finalidade em si próprio, mas na reprodução, e, em segundo lugar, porque quer afirmar a heteronomia do ser humano e a sua convicção de que o ser humano não é dono de si próprio nem do seu corpo. É por essas mesmas razões que ela condena a homossexualidade”, ressalta. “A Igreja subverte o princípio universal do direito e do Estado laico quando, por exemplo, tenta impedir os casais homossexuais de exercer o seu claro direito ao estabelecimento de parcerias civis”.

O problema, para Luiz Alberto Gomes, é a existência, muitas vezes, no mundo católico, de uma obsessão quando se fala em proteção da vida: *“Os documentos da Igreja têm insistido muito sobre a defesa da vida desde a concepção. Quando eles se colocam contra o aborto, por exemplo, tem-se a impressão de que se trata de proteção ao feto e não à vida. Quando se fala em grupos pro-life, no fundo não é defesa da vida, e sim defesa do feto. A vida é muito mais ampla”.* Para o sociólogo, a igreja também tem grande dificuldade de enfrentar o tema do prazer. *“Quando se fala em prazer, logo vem a idéia do hedonismo, como se as pessoas não tivessem direito ao prazer, como se não fosse bom. No século XVIII o Jansenismo era contra todos os prazeres. Acho que no fundo ainda existe muito disso no seio da Igreja. É uma Igreja de homens velhos que enfrenta com dificuldade o tema do sexo e do prazer”.*

O alargamento da razão

Em alguns dos pronunciamentos de Bento XVI, um tema se coloca como urgente proposta de caminho para a sociedade moderna: o alargamento da razão. Na opinião do Papa, a razão encontra-se hoje reduzida, resumida à cientificidade, e existem hoje em dia, nas palavras dele, “patologias da razão” ou uma “*hybris* da razão” (*hybris*, palavra grega que significa insolência ou excesso). Para isso, ele propõe um “alargamento da razão” como saída ao “laicismo dominante”. Em um discurso na Universidade de Regensburg, Bento XVI afirma que *“[...] que com toda a alegria diante das possibilidades do homem, vemos também as ameaças que sobressaem dessas possibilidades e devemos perguntar-nos como podemos dominá-las. Só conseguiremos se [...] superarmos a limitação autodecretada pela razão ao que é verificável na experiência e lhe abriremos de novo toda a sua vastidão”.* Segundo o Pontífice, esse conceito moderno de razão restringe o seu campo de ação. Vale lembrar que, em janeiro de 2004, em um debate com o pensador Jürgen Habermas na Academia Católica da Baviera, a pouco mais de um ano de se tornar papa, o cardeal Ratzinger já havia manifestado sua preocupação com o que chama de “limitação da razão”, afirmando que *“a razão deve ser lembrada em seus limites e aprender a disposição de ouvir as grandes tradições religiosas da*

humanidade. Eu falaria em uma necessária correlação entre razão e fé, entre razão e religião".

O filósofo Antonio Cícero não vê grande novidade no discurso de Bento XVI, a não ser a atitude mais agressiva do Papa ao defender os dogmas da Igreja Católica. *"No fundo, foi a partir da grande síntese de fé e razão empreendida por São Tomás de Aquino que, em Regensburg, ele atacou o fideísmo muçulmano e protestante. Graças a uma interpretação extremamente questionável de Santo Agostinho e de São Paulo – interpretação que os coloca demasiadamente próximos da posição de Tomás – ele localiza na Idade Média tardia, em Duns Scotus, a origem do fideísmo ocidental e, com isso, do Protestantismo. Este seria, portanto, o resultado de um desvio da linha correta, isto é, tomista. A meu ver, o que na verdade ocorreu foi que a teologia da Idade Média tardia se deu conta da irrecuperável incompatibilidade entre a razão e a religião revelada, entre o Deus dos filósofos e o Deus de Abraão, como diria Pascal mais tarde. Pode-se dizer que o fundamentalismo protestante é a opção exclusiva pelo lado da fé e, por outro lado, que o positivismo – que, junto com o relativismo, é o outro alvo dos ataques de Bento XVI – é a opção pelo lado da razão. É por efeito dessa trajetória que, de certo modo, justifica-se tomar o positivismo como uma razão diminuída, uma razão que limita a si própria".*

Roland Schramm concorda. Para ele, a razão reduzida a princípios absolutos da Teologia é a própria razão reduzida. *"É o Papa quem está defendendo uma concepção reducionista da razão. Ao falar em razão, ele está se referindo a uma razão instrumental, e reduzir o logos à razão instrumental, científica, é uma operação arbitrária. A razão dialógica é uma maneira de se evitar o reducionismo da razão à mera razão instrumental. Penso que o Papa confunde a razão dialógica com a fé. A fé não é o compartilhamento com o logos. Ela implica na submissão do homem a desígnios supostamente divinos e isso deve ser questionado".*

O antropólogo Otávio Velho, professor emérito do Museu Nacional, interpreta as declarações do Papa como um posicionamento unívoco e reducionista da razão. *"A razão não é única. A crítica de Ratzinger é direcionada à razão científica e à modernidade. O valor importante da modernidade é a diversidade. As críticas em relação à debilidade da razão significam negar a lidar com essa diversidade".* Roland Schramm coincide na avaliação de que o avanço da ciência está na raiz da crítica desenvolvida por Bento XVI ao conceito moderno de razão. *"Através da ciência, estamos nos reaproximando do ideal de autonomia e deixando de ser vítimas do azar e das leis naturais. A Igreja se coloca contra a biotecnociência – que tornou possível a reprodução assistida – porque ela se opõe aos assim chamados desígnios divinos dos quais o Papa e os homens do Vaticano seriam os intérpretes oficiais e autorizados".*

Na opinião do jornalista Roberto Pompeu de Toledo, *"ao contrário do que defende o Papa, quanto maior for o 'alargamento da razão', menor será o*

poder e a legitimidade da religião para interferir na vida das pessoas. A racionalidade confere independência às pessoas". Para Antonio Cícero, a solução para essas limitações da razão a que o Papa se refere, é o abandono da própria problemática da relação entre a fé e a razão, que o positivismo ainda inconscientemente conserva. "A verdadeira razão ampliada é a razão ilimitadamente livre e crítica, a razão tout court, e a principal condição para o seu exercício é a sociedade aberta. A tentativa de Bento XVI de voltar ao tomismo, como se nada senão um desvio tivesse ocorrido depois dele, é simplesmente regressiva e, por isso, destinada ao fracasso", questiona.

Camisinhas pelo chão

Mesmo quando desenvolvem críticas muito severas ao dogmatismo moral e filosófico de Bento XVI os e as especialistas com quem discutimos sobre ética avaliam que a visita de Bento XVI não irá trazer impactos negativos significativos, entre outras razões, porque já existe um hiato importante entre sentimento de religiosidade e condutas individuais. "Quem, hoje em dia, segue à risca os preceitos do catolicismo, mesmo se dizendo católico? Se o catolicismo fosse seguido à risca, certamente as pessoas seriam mais conservadoras em matéria de sexualidade ou de assuntos correlatos", afirma Jurandir Freire. Para Otávio Velho, as posições papais apenas expressam a resistência conservadora do Vaticano. "É retrógrado, o Papa tem uma presença simbólica que ultrapassa as fronteiras do mundo católico. Sua autoridade, porém, é fictícia, e sabemos que boa parte dos católicos não respeita as diretrizes do Vaticano e não segue ao pé da letra as recomendações papais", diz.

Estudioso de religião há mais de cinco décadas, o leigo Luiz Alberto Gomes esteve presente em todas as edições do CELAM (Conferência do Episcopado Latino-Americano e Caribe), para a qual Bento XVI vem ao Brasil. Também já presenciou as passagens dos dois últimos papas pelo Brasil. Para ele, o que deve ser focalizado e valorizado é a consciência de cada um. "A consciência moral existe não só para católicos, mas para qualquer ser humano. A modernidade é nesse sentido crucial. Pois no mundo antigo a consciência era ditada pelo rei, pelo imperador ou pelo sacerdote. Hoje a consciência é ditada pela decisão da pessoa, que deve ser iluminada por princípios que podem ser inspirados pelas religiões ou por um documento das Nações Unidas sobre direitos humanos. Não deveria nunca ser iluminada nem pelo Papa nem pelo Estado – porque correríamos o risco de cair no nazismo, no fascismo e no totalitarismo. Ela deve ser iluminada pela consciência comum", afirma.

O sociólogo relembra, sorrindo, que um dos grandes encontros acontecidos em Paris foi o encontro do Papa João Paulo II com a juventude, assim como o que ocorreu na quinta-feira passada (10/05) em São Paulo. "O/as jovens gritavam e cantavam com o Papa. João Paulo II falou da virgindade e de guardar castidade. Mesmo assim, no dia seguinte, nas ruas, havia uma quantidade enorme de preservativos usados pelo chão".